

REVISTA
**PREVIDÊNCIA
NACIONAL**



Edição *Mulheres* de RPPS



1º Congresso de Mulheres de RPPS

Com elas, por elas,
para elas e por todas nós

Presidente ABIPEM
João Carlos Figueiredo

Presidente APEPREM
Daniel Leandro Boccardo

Coordenadora
Lucia Helena Vieira

Comissão Organizadora
Lucia Helena Vieira
Claudia Fernanda Iten
Diana Vaz de Lima
Luana Aparecida Ortega
Majoly Aline dos Anjos Hardy

Jornalista Responsável
Marina Marcondes

Textos
Marina Marcondes
Jaqueline Nunes

Projeto Gráfico e Diagramação
Pró Empresa

www.abipem.org.br
SCLRN 711 BLOCO "G" LOJA 15,
ASA NORTE, BRASÍLIA – DF
CEP: 70.750-557



SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA ABIPEM	4
MENSAGEM DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO 1º CONGRESSO DE MULHERES DE RPPS	5
IPERON, DA REGIÃO NORTE, TEM GESTÃO DE DESTAQUE	6
AS PODEROSAS DA SERRA	9
A ÁREA JURÍDICA TAMBÉM É DELAS	11
VOCÊ SABE QUAL É A IDADE MÍNIMA DE APOSENTADORIA DAS MULHERES PELO MUNDO?	17
LUGAR DE MULHER TAMBÉM É NOS NÚMEROS	18
MULHERES NOS CONSELHOS: RESPEITO, ORGULHO E COMPROMISSO COM O FUTURO	25
AS MULHERES NO CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E NORMATIZAÇÃO	27
MULHERES DO SERVIÇO SOCIAL, DA ARQUIVOLOGIA E PROGRAMAS DE SEGURIDADE SOCIAL	30
MULHERES QUE PRESIDEM ASSOCIAÇÕES	34

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA ABIPEM

A realização deste Primeiro Congresso de Mulheres da ABIPEM vem sendo construído há meses, através da movimentação das diretoras, conselheiras e assessoras da ABIPEM, durante nossos eventos e das demais associações estaduais co-irmãs, muitas delas comandadas brilhantemente por mulheres.

A presença feminina nas nossas estruturas tem depurado a qualidade dos nossos eventos e das nossas atividades, e este evento busca dar espaço às gestoras, servidoras e conselheiras das entidades previdenciárias de todo o Brasil.

A diretoria da ABIPEM se sente muito orgulhosa de ter acolhido a ideia deste evento, e de viabilizá-lo, através da comissão nomeada, que muito se empenhou para que o projeto pudesse ser realizado com tanta qualidade.

As diversas interseções das participações das mulheres serão objeto do evento e agradecemos a todas as participantes por tornar a ABIPEM ainda mais uma associação de vanguarda no cenário da previdência nacional.

Ao Ministério da Previdência Social nossos agradecimentos pela parceria em mais este evento. Aos amigos das associações estaduais o reconhecimento de que esta interação é que torna os eventos da ABIPEM este sucesso inquestionável.

Boa leitura.

João Carlos Figueiredo



MENSAGEM DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO 1º CONGRESSO DE MULHERES DE RPPS

Por que realizar um Congresso exclusivo para mulheres que, de alguma forma, atuam nos RPPS? A ideia surgiu após a chegada da Cláudia Fernanda Iten na Secretaria de Previdência, nomeada para o cargo de Coordenadora Geral de Normatização e Acompanhamento Legal.

Primeira mulher a ocupar esse cargo, com o histórico de atuação na área jurídica de RPPS municipal e com envolvimento muito participativo em entidade associativa estadual e também nacional, Iten recebeu visita institucional de mulheres advindas de RPPS de todas as regiões do País, que foram parabenizá-la pela nomeação.

Foi nesse momento da visita que aconteceu, espontaneamente, o primeiro encontro de Mulheres de RPPS e, em consequência, ali nasceu o projeto "Mulheres de RPPS da ABIPEM".

O encontro possibilitou um sentimento e oportunidade até então única: de que estávamos juntas e representadas em um encontro especial e específico com técnicas das diferentes áreas de atuação nos RPPS que perceberam a oportunidade de constituir um espaço para discussão, e troca de experiências vivenciadas pelas profissionais que atuam em RPPS.

Prontamente, houve a acolhida da ABIPEM em promover o 1º Congresso de Mulheres de RPPS, reforçando e destacando o respeito que essa associação possui com a diversidade em sua estrutura organizacional, com a atuação de mulheres na Diretoria, Conselhos ou como assessoras, trazendo o desafio de apresentar e discutir temas específicos a esse público.

O 1º Congresso foi pensado como um espaço de contribuição com o aprimoramento, o fortalecimento e a troca de experiências da participação das mulheres na gestão e nas instâncias de decisões e deliberação dos RPPS, recebendo apoio do Ministério da Previdência Social na sua organização e realização.

E, para registrar exitosas experiências de atuação, desde a gestão, área jurídica, financeira, contábil, concessão de benefícios, atuação nos conselhos e em órgãos de controle externo e fiscalização, apresentamos esta edição especial da Revista *Previdência Nacional*, que será disponibilizada no 1º Congresso de Mulheres de RPPS.

Deixamos os nossos imensos agradecimentos a todas que acreditaram e nos ajudaram a construir este espaço para as Mulheres de RPPS, e podemos afirmar que este 1º Congresso *é com elas, por elas, para elas e por todas nós!*

Boa Leitura!

Comissão Organizadora.



IPERON, DA REGIÃO NORTE, TEM GESTÃO DE DESTAQUE

Procuradora de RO conta como foi a experiência de presidir um instituto de previdência

Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira atualmente é Procuradora do Estado de Rondônia, mas por oito anos esteve à frente da presidência do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia (IPERON). Para ela, alinhar profissionalismo e empatia são premissas fundamentais para uma boa gestão. Durante o período em que ocupou a liderança do órgão, ela realizou diversos feitos que buscaram além de capacitar os servidores oferecer um atendimento mais sensível aos segurados.

Vieira conta que começou sua participação no universo dos Regimes Próprios na gestão do RPPS de Rondônia, em janeiro de 2014, inicialmente atendendo convite do então Governador do Es-

tado, Confúcio Aires Moura, que atualmente é Senador da República. Em seguida, ela conta, já sob a égide da Lei Complementar nº 783/2014, foi nomeada para um mandato de dois anos, sendo escolhida pelo Conselho Superior Previdenciário composto por representantes dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), do Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública, além de representante dos servidores, o que sucessivamente foi ocorrendo até o final do ano de 2022, quando retornou às suas atividades como Procuradora do Estado de Rondônia, afastando-se assim, da gestão, após o período de 6 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2022.

A lista dos principais acontecimentos que merecem des-

taques da gestão da procuradora é extensa. Quando ela chegou, o IPERON atravessava crise de credibilidade, que foi vencida ao longo dos anos, pois o órgão estava sem o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), que é um documento fornecido pela Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPS), que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, pelo Regime Próprio de Previdência Social de um Estado ou Município. Algo preocupante para um instituto de RPPS e para o ente federativo.

“No início da nossa gestão, Rondônia estava sem o CRP e passava por uma severa auditoria presencial do então Ministério da Previdência e também tinha pendências perante o TCE, o que foi superado em pouco tempo, restabelecendo o CRP. Levamos, desde então, para discussão, temas relacionados ao custeio, especialmente novas fontes de custeio do RPPS, bem como nos posicionamos contrários à manutenção de pagamento de benefícios além das aposentadorias e pensões por morte, já que na época o IPERON custeava os pagamentos de auxílios em virtude do afasta-

Foto: Google



mento por motivo de doença após 15 dias de afastamento. Trabalhamos com total dedicação e conseguimos manter o Estado com a certificação de regularidade previdenciária regular, sempre através de decisão administrativa”, relembra.

Ela destaca que isso só foi possível graças à visão estratégica do Governador do Estado que concretizou a criação do Conselho Superior Previdenciário: “Justamente em um momento em que Rondônia iniciava maduras reflexões sobre a sustentabilidade do RPPS, embora ainda possuísse recursos financeiros para garantir o pagamento da folha de aposentados e pensionistas”, detalha.

Dentre as grandes benfeitorias que Vieira destaca está a instauração de diversas iniciativas para aperfeiçoamento do IPERON, dentre elas: programas de valorização do servidor da Autarquia Previdenciária, proporcionando palestras, cursos de aprimoramento pessoal e técnico, sempre com escolas de renome, a exemplo da Fundação Dom Cabral, PPG Amanakey, Faculdade FIPECAFI. “Também foram criados eventos de grande importância e que ganharam destaque não só em Rondônia, mas no Brasil, como o Fórum Previdenciário durante o mês de setembro. Outros eventos que merecem ser destacados são o “Abril Verde”, com palestras e oficinas para os servidores do IPERON, durante o mês de aniversário da Autarquia, “Ciclo de Palestras” no mês de julho e as comemorações no



Foto: Google // Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira

mês do servidor público, em outubro, além da “Audiência Pública do Iperon” no mês de novembro, oportunidade em que apresentávamos o relatório da gestão, o resultado atuarial e de investimentos. Não posso deixar de destacar que também mantivemos nesses anos ações de grande importância, como o “Preparando para a Aposentadoria”, “Humanizando a Aposentadoria”, revela a gestora.

Ainda de acordo com Vieira, “IPERON perto de Você” é um programa que leva o atendimento do instituto para pontos de grande circulação de servidores e para locais no

interior do Estado. Vale destacar o projeto “Descomplica IPERON”, em que vídeos são rotineiramente veiculados com temas que representam as maiores dúvidas dos segurados. “Foram mapeadas e analisadas as áreas do IPERON, de modo a estabelecer os fluxos dos processos, fortalecendo o sistema de controle e melhorando a atuação das áreas, especialmente a previdenciária. O IPERON também atuou na coleta de tampinhas plásticas, projeto denominado “Tampinhas do Amor”, direcionando-as para o Hospital do Amor, que cuida de pacientes em tratamento contra o câncer. Nes-



“Mulher, gestora do RPPS, que tu sejas a grande propagadora do bem, aquela que luta em todas as frentes pela maior e mais equilibrada proteção dos servidores públicos, que confiam na gestão do regime para nos momentos mais sutis da sua existência encontrar o resguardo tão aguardado.”

*Maria Rejane Sampaio
dos Santos Vieira*

se campo, ainda instituímos ações de sustentabilidade, diminuindo o uso de copos descartáveis, oportunidade em que foram fornecidas para uso individual canecas e garrafinhas para cafezinho e no consumo de água durante o expediente”, informa.

Durante a pandemia da Covid-19, rememora Vieira, foi implantado o “IPERON Conforta” com o objetivo de levar aos servidores apoio psicológico para amenizar as dores enfrentadas em momento tão delicado. “Promovemos homenagens aos servidores do IPERON que se aposentavam. Instituímos a “Integração dos Estagiários”, momento em que eram acolhidos e orientados sobre suas atribuições

e postura nas dependências do IPERON. Investimos na aquisição de equipamentos voltados a TI, na área de soluções tecnológicas, na criação de um sistema de gestão previdenciária que, embora “caseiro”, auxiliou na execução das tarefas rotineiras, desenvolvemos o portal da Transparência próprio e o portal do recadastramento dos aposentados e pensionistas, implantamos a Política Corporativa de Segurança da Informação e demos os primeiros passos para a efetiva implantação da LGPD. O grande destaque é que obtivemos o Nível IV do Pró-gestão RPPS, por termos comprovado nível de excelência na governança, controle interno e educação previdenciária”, conta orgulhosa.

Ela ainda destaca mais seis pontos relevantes sobre sua gestão:

1. Realização de concurso público para cargos no Iperon, após mais de 20 anos;
2. Valorização dos servidores efetivos do Iperon, no aproveitamento de funções de Diretoria, Gerência e liderança de equipes em geral, sem olvidar a devida capacitação (fruto de um programa de capacitação);
3. Capacitação proporcionada aos membros dos conselhos de administração e fiscal;
4. Capacitação e a certificação (ANBIMA e TOTUM) de todos os membros da Diretoria Executiva;

5. Capacitação e certificação em nível avançado de membros do comitê de investimento; e
6. Reforma previdenciária e a reforma na estrutura organizacional do IPERON.

Por fim, ao deixar um recado para as mulheres que atuam no segmento de RPPS, Maria Rejane revela que, para ela, atuar na previdência significa “atuar cuidando de pessoas, de família, da sociedade. É dedicar-se a uma tarefa em que o amor, como lei maior, inevitavelmente é exercido de maneira plena, pois quando tratamos da sustentabilidade do sistema previdenciário, buscando formas de equilibrar as contas dos RPPS, estamos pensando na atual geração mas também nas futuras, para que nossos descendentes encontrem uma sociedade mais protegida. Essa destacada tarefa desempenhada por grande número de mulheres batalhadoras, mães dedicadas, amigas leais e servidoras determinadas tem resultado muito positivo tecnicamente. Essa afirmação está concretizada nos resultados das certificações institucional e profissional, mas também no dia a dia dos RPPS quando a atuação feminina se destaca. Num mundo ainda machista, no qual há um evidente favorecimento do masculino em detrimento do feminino, em que registram-se alarmantes índices de violência contra a mulher, destacar o papel feminino como grande colaboração de um empreendimento social e protetivo como os RPPS é um marco que merece aplausos”, encerra.



AS PODEROSAS DA SERRA

IPS com maioria feminina no ES é exemplo de gestão e usa a tecnologia para oferecer atendimento mais humanizado e eficiente para segurados

“Aqui no IPS é uma por todas e todas por uma”, essa é a frase que resume a essência do trabalho no Instituto de Previdência dos Servidores do Município da Serra (IPS), no estado do Espírito Santo. E ela está no feminino porque os dados confirmam que, lá, são elas que dominam o espaço: 75% dos servidores efetivos, 89% dos comissionados, 60% dos estagiários, 100% da Procuradoria-Geral e 74% do IPS são trabalhadoras mulheres.

E não são quaisquer mulheres, são supermulheres. “É mulher que não acaba mais. Costumamos até dizer que é o ‘RPPS das Poderosas’, porque, quando surgem os desafios entra-

mos em nossas salas, discutimos, nos esgotamos e nos doamos completamente aos processos até encontramos soluções. Em seguida, colocamos em prática e seguimos com nossas rotinas com muita satisfação e companheirismo. É como se renascêssemos. Saímos ainda mais fortalecidas e empoderadas enquanto equipe”, explicou a diretora presidente do IPS, Christiani Vieira.

Segundo ela, a gestão do instituto é pautada na busca por um atendimento cada vez mais humanizado, uma orientação passada pela Prefeitura do município e seguida à risca pelas “poderosas”, tanto na relação entre os servidores, como

no atendimento ao público que passa pela autarquia. Ainda segundo a presidente, uma das grandes vantagens de serem tantas mulheres trabalhando juntas é a sensibilidade aguçada. “A atuação de uma equipe feminina na execução de projetos sociais, especialmente, o Apoio no Luto, dedicado aos dependentes previdenciários, facilita a investigação social das condições nas quais esses se encontram após a partida do instituidor”. E se engana quem pensa que esse jeito diferente de fazer as coisas fica só entre elas, todas são enfáticas ao reconhecer que os homens que trabalham no local foram positivamente afetados



pelas companheiras: “no IPS, os homens têm a oportunidade de exercer, como dizia Gilberto Gil, ‘o seu lado feminino’, se divertem as colegas.

Um, entre os muitos projetos desenvolvidos com foco na humanização do instituto, o Apoio no Luto atende famílias de segurados falecidos que necessitam de encaminhamento para outros órgãos, como a Defensoria Pública, ou para atendimento psicológico em unidades de saúde.

Nos últimos dois anos, o IPS também realizou edições do programa “A Vida Não Para”, com um total de 278 beneficiários atendidos, sendo 74 no primeiro ano e 204 no segundo. Os ex-servidores foram homenageados pelos anos de dedicação em suas funções e orientados sobre temas fundamentais para o novo ciclo que irão viver, dentre eles: ‘Planejamento Financeiro’; ‘Cuidado com a Saúde’; ‘Utilização do Tempo Livre’ e ‘Relacionamento Familiar e Social’.

Já para os servidores da ativa, que têm dificuldades de ir ao Instituto esclarecer dúvidas, a autarquia criou o projeto “IPS Itinerante”. Trata-se de uma live na qual a equipe técnica fornece orientações sobre todos os tipos de benefícios oferecidos pelo IPS e atende por chat os questionamentos que vão surgindo. O serviço é voltado a todas as secretarias, mas tem como foco principal as equipes escolares, que compõem grande parcela do público atendido presencialmente. Nos dois primeiros anos do projeto, foram realizadas seis lives, que beneficiaram 309 co-

laboradores de 19 escolas da rede municipal. Com este projeto, o IPS garantiu a segunda posição entre RPPS’s de todo o Brasil na modalidade Inovação, categoria Segurados.

Elaine Lima, assessora da procuradoria jurídica do instituto, destaca também o lançamento do primeiro aplicativo para smartphone, o ‘Meu RPPS’. A cerimônia de lançamento contou com a presença de dois aposentados da Prefeitura: o prefeito, Sergio Vidigal, e a ex-auxiliar técnico administrativo e de serviços, Patrícia Figueiredo Brandão. Eles foram os primeiros a testar um serviço inédito dentre os institutos de previdência do Estado: a prova de vida on-line com reconhecimento facial. Além dessa função, o Meu RPPS permite ao segurado: acompanhar o andamento de processos; emitir contracheque, Informe de Rendimentos e ficha financeira; além de se comunicar com o IPS através da seção ‘Fale Conosco’. Segundo Elaine, este projeto é um dos mais importantes do instituto. “Ele representa muito bem o compromisso da equipe em garantir mais tecnologia e praticidade para os segurados, em prol de uma gestão moderna, humana e inteligente”, afirma.

De acordo com o estudo atuarial consolidado em dezembro passado, o RPPS da Serra possui 8.792 segurados, sendo 5.351 servidores ativos, 2.977 aposentados e 464 pensionistas. Pela equipe, é gerido um patrimônio de, aproximadamente, R\$ 408 milhões.

Com todo esse resultado, ao serem questionadas a res-

“A atuação de uma equipe feminina na execução de projetos sociais, especialmente, o Apoio no Luto, dedicado aos dependentes previdenciários, facilita a investigação social das condições nas quais esses se encontram após a partida do instituidor”

*Christiani Vieira,
Diretora presidente do IPS,*

peito do segredo de sucesso, a equipe se mostra confiante em suas diversas competências, mas busca se manter com os pés no chão. “É senso comum que as mulheres conseguem pensar em mais soluções e de forma mais rápida, executando ou direcionando várias ações ao mesmo tempo, sendo, portanto, mais criativas, comunicativas e colaborativas com o trabalho. Estamos sempre atentas umas nas outras e rapidamente identificamos se uma ou um colega está com um problema e nos unimos para resolver prontamente. Além disso, ter a certeza que nenhuma de nós é insubstituível, também nos dá aquela vontade de fazer nosso melhor sempre”, finaliza a presidente Christiani.



Foto: Shutterstock

A ÁREA JURÍDICA TAMBÉM É DELAS

Três personagens que atuam no segmento jurídico mostram como o aperfeiçoamento e o apreço ao tema RPPS fazem diferença

Uma das principais características das pessoas que atuam no segmento dos Regimes Próprios de Previdência (RPPS) é a paixão, característica presente nas três entrevistadas desta matéria - Magadar Rosália Costa Briguet, aposentada, Franciele Gonçalves Izidorio e Edirlene Milharesi - que buscam dar luz às mulheres que atuam na área jurídica.

Dr^a Magadar, como é carinhosamente chamada, é tida como precursora em relação aos aspectos estritamente jurídicos relacionados aos RPPS. Possuindo uma longa e proffcua trajetória de atuação na previdência social, começou muito antes da primeira reforma da previdência dos servidores, em 1998, com a edição da Emenda Constitucional nº 20. "Como procuradora do Municí-

pio de São Paulo, além de todas as demais atribuições conferidas ao ocupante do cargo de procurador, meus serviços concentravam-se nas matérias pertinentes ao regime jurídico dos servidores públicos, de modo que sempre estive com dedicação, quase que exclusivamente, nas questões relacionadas à situação funcional dos servidores municipais. Evidentemente, antes de 1998, essas questões previdenciárias eram muito mais simples, porque, conforme estabelecia a Constituição da República de 1967, na redação da Emenda Constitucional nº 1/69, e depois a de 1988, o servidor para aposentar-se deveria implementar apenas o tempo de serviço. Com a promulgação da EC nº 20, de dezembro de 1998, novos requisitos foram

estabelecidos para os servidores ingressantes após sua publicação, além de novo conceito na fixação de proventos de aposentadoria, como também regras de transição para aqueles que estivessem no serviço público à data da publicação da citada emenda", recorda.

Franciele Gonçalves Izidorio é procuradora efetiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Sorriso/MT (PREVISO) desde abril de 2012. Atualmente, é assessora Jurídica da Associação de Entidades de Previdência do Estado e Municípios Mato Grossenses (APREMAT).

"Meu slogan é: mãe, esposa e advogada, não necessariamente sempre nesta ordem", revela. Ela conta que, inicialmente, teve o primeiro contato



Foto: Magadar Rosália Costa Briguet

com o Direito Previdenciário, durante a Faculdade de Direito, no penúltimo ano do curso, em 2007, quando teve um semestre dedicado à disciplina. “Minha professora era procuradora do INSS. Não recordo se ela era servidora efetiva ou contratada. Mas ela tinha verdadeira paixão pelo seu trabalho, fazia com alegria e aquilo transcendia as suas aulas e me encantava como aluna. Cheguei um dia a visitá-la no INSS, num prédio histórico de Cuiabá (MT), com pouca manutenção. Ela ficava numa salinha minúscula, apinhada de papéis, em um ambiente não muito agradável aos olhos, mas com certeza lhe agradava o coração. Ali, eu tive a certeza que ela realmente amava a sua profissão. Quando surgiu a abertura de concurso público no Município de Sorriso em 2011, e havia vaga para procurador, com lotação no Regime Próprio de Previdência de Sorriso, e também para procurador com lotação no Município, não tive dúvidas em me inscrever para ser procuradora de RPPS, pois, imediatamente me veio a lembrança da minha saudosa professora de Direito Previdenciário”, rememora.

Edirlene Milharesi é procuradora Jurídica e Advogada da Sociedade Previdenciária Municipal de Loanda, Estado do Paraná (SOPREMU), desde 2004. Além disso, é vice-presidente da Associação Paranaense dos Regimes Próprios de Previdência (APEPREV).

Abaixo, vamos conhecer um pouco mais sobre a caminhada de cada uma delas que, mesmo morando em estados diferentes, compartilham da responsabilidade em oferecer o melhor e mais completo trabalho para possibilitar a sustentabilidade aos RPPS que já atendem ou atenderam.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: Quais os principais desafios em sua atuação jurídica nos RPPS?

Magadar Rosália Costa Briguet: Atuar como operadora do Direito nos RPPS é sempre um desafio, pelas especificidades e peculiaridades deste regime. É preciso ter pleno conhecimento das disposições contidas na Constituição Federal e Estadual sobre o Regime Jurídico Funcional e Previdenciário dos servidores públicos do ente subnacional. Necessário, também, estar ciente das leis estaduais ou municipais conforme o servidor seja estadual ou municipal (em sendo servidor federal, as leis federais devem ser observadas). Manter-se atualizada quanto à legislação federal nacional, editada nos termos do art. 24, XII, e seu §1º, da Constituição Federal e da legislação sobre o RGPS, aplicável subsidiariamente, quando necessário, nos termos do § 12 do art. 40 da CF. Acompanhar a jurisprudência dos Tribunais Superiores e dos Tribunais locais, e dos entendimentos dos Tribunais de Contas e da Secretaria da Previdência, adotados em relação à matéria servidor e, especialmente, em relação ao RPPS, é de rigor. E, por fim, o estudo doutrinário também se faz necessário para conhecer o posicionamento de experts sobre as questões funcionais e previdenciárias, além de estimular a tarefa de interpretação, encadear ideias e desenvolver um olhar crítico.

Franciele Gonçalves Izidorio: O principal desafio, na minha opinião, com certeza, é que o magistrado em seus julgamentos compreen-

da que ele não pode conceder ao Regime Próprio de Previdência Social o mesmo tratamento jurídico concedido ao Regime Geral de Previdência Social. Tanto o RGPS como o RPPS tem fundamento maior na Constituição Federal, mas em artigos diversos e assim como em leis ordinárias diversas e regulamentos normativos diversos. Mas, também, é a aplicação subsidiária das leis que regulamentam o RGPS ao RPPS? A resposta é sim, de fato, existe esta regra, que é uma exceção, pois há a premente necessidade de haver compatibilidade das leis do RGPS com a legislação consolidada do RPPS. Então não é qualquer ato normativo do RGPS que pode ser aplicado ao RPPS.

Edirlene Milharesi: O maior desafio, com certeza, foi a falta de legislação, a escassez de doutrinas específicas para o RPPS, o que tínhamos à época era apenas capítulos dentro da doutrina do RGPS, dando uma visão ampla sobre determinado assunto, mas não se aprofundando.

Enquanto procuradora do RPPS, não bastava buscar conhecer a legislação previdenciária, você também tinha que saber aplicá-la. É preciso conhecer a legislação aplicável na administração pública, notadamente no que se refere ao setor de recursos humanos.

Foi preciso entender que não se aplicava mais aos segurados do RPPS a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) mas, sim, o regime estatutário, que esse “estatuto” não previa todas as situações que envolvia o servidor público em sua atividade. Que existiam princípios da administração pública que regiam os nossos atos, por exemplo da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da publicidade, da eficiência e que ser eficiente não é simplesmente ser eficaz, há muito mais.

Relembrei os tempos de faculdade onde o professor dizia: não existe uma norma codificada do direito administrativo, mas lembre-se que na administração pública você só pode fazer o que estiver previsto em Lei. Então tive que lembrar que não bastava conhecer apenas da legislação previdenciária, mas também do Direito Administrativo para poder aplicá-la de forma eficiente.

Não raro nos deparamos com legislação antiga e que conflita com as normas atuais, outras esparsas que inadequadamente tratam de assuntos previdenciários de forma a garantir direitos, mas que esbarram nas normas legais específicas e implicam no equilíbrio financeiro e atuarial.

Foi preciso entender que o RPPS era o INSS para o município, que todas as instâncias administrativas se encerravam nos órgãos de sua administração, e que esses atos deveriam ser perfeitos para poderem passar pelo crivo do controle externo e produzir os efeitos que iriam daí para frente interferir na vida do segurado e seus dependentes.

Assim, além de conhecer todos os requisitos para concessão de benefícios aos segurados ativos, foi necessário entender o que era aplicado aos seus dependentes, foi preciso conhecer quais são esses benefícios e como se daria a sua aplicação.



Foto: Franciele Gonçalves Izidorio



Foto: Edirlene Milharesi

Diante dessa experiência posso afirmar que:

- É preciso conhecer toda a legislação que rege a administração pública não só a previdenciária que rege o RPPS;
- É preciso conhecer os mecanismos de fiscalização que rege esse universo, ou seja, Ministério da Previdência, Tribunal de Contas, Executivo, Legislativo, Servidores, Diretoria e conselhos.

Cabe à Procuradora do RPPS, não só buscar conhecer a legislação, mas também orientar na sua elaboração. Por isso, o desafio é ainda maior, o de aprender sempre. Por isso a busca do conhecimento será constante.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: Qual o diferencial da sua atuação na área jurídica junto ao RPPS?

Magadar Rosália Costa Briguet: Além da minha longa experiência na área, conforme explanado acima, acho que posso dizer que estou sempre pronta a colaborar com aqueles que necessitam de apoio e solução das questões previdenciárias, que surgem no dia a dia dos RPPS, seja mediante contatos pessoais, via meios eletrônicos ou grupos de comunicação, como o ABIPEM Jurídico.

No relacionamento profissional, na ABCPREV, minha atuação é interpessoal, por acreditar ser mais eficiente no cumprimento das obrigações contratuais, destacando-se, sempre, a atuação na educação previdenciária aos servidores de modo geral, mediante o desenvolvimento de cursos e palestras.

Franciele Gonçalves Izidorio: Difícil a resposta. Poderia informar alguns fatores como aos 24 anos estar à frente da procuradoria do RPPS e que hoje me concede, ao longo destes anos, uma considerável carga de experiência e, ao mesmo tempo, eu tenho plena ciência que tenho muito o que aprender ainda. Estar sempre participando, enquanto procuradora do RPPS de Sorriso (MT), de comissões temáticas do referido município. Sou profissional que busca constantemente capacitação e trocar experiências e soluções com demais colegas da área e o principal diferencial de todos: eu acredito ser amar muito o meu trabalho, sou imensamente grata e feliz em trabalhar naquilo que eu tive a liberdade de escolher.

Edirlene Milharesi: Enquanto “previdenciarista”, atuo como advogada previdenciária junto ao RGPS, e enquanto procuradora do RPPS, atuo especificamente com os direitos dos servidores públicos; com os Direitos e Deveres da Autarquia Previdenciária. Então busco conhecer os dois lados: o de quem pede e o de quem trabalha na concessão.

O trabalho do advogado do órgão previdenciário deve ser a mão forte que orienta. É através da análise do caso concreto, da emissão do parecer jurídico que traz a segurança necessária ao gestor, na tomada de decisões que irá interferir na vida do segurado.

Enquanto operadora do Direito, vejo que está na atuação jurídica junto ao RPPS, a chave que irá garantir uma melhor idade realmente “melhor” para o segurado. É a garantia da concessão do melhor



benefício, sem que isso represente buscar artifícios para driblar regras, mas sim ao conhecê-las poder dentro da legalidade garantir o direito do segurado, garantir a melhor regra ao segurado.

É a balança entre a razão e emoção, a aplicação do Direito pautada na ética e na transparência, dentro dos princípios legais, albergado pela legislação, porém, com todo o respeito devido ao segurado.

É preciso ter em mente que o operador do Direito vai se deparar com pessoas extremamente simples. É necessário demonstrar que o órgão previdenciário existe para lhes garantir a segurança de um benefício justo. Essas pessoas muitas vezes acreditam que precisam contratar advogados para representá-los como normalmente se faz no RGPS, veem os gestores não como colegas de trabalho, mas como pessoas que estão ali para lhes tolher direitos. É necessário então que se conquiste a confiança do segurado através de uma aproximação demonstrando que estamos ali para defender tanto o RPPS, quanto para proporcionar a concessão do benefício mais vantajoso, de forma rápida e segura com eficiência e profissionalismo.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: Como você enxerga a atuação jurídica no RPPS?

Magadar Rosália Costa Briguet: A atuação jurídica no RPPS não é diferente da atuação jurídica em qualquer função desempenhada na Administração Pública em geral. Vale dizer: a administração pública

está vinculada aos princípios e normas constitucionais e infraconstitucionais, dentre outros, o da legalidade. Dessa forma, está sob o império da lei, de modo que a aplicação da lei é da essência da prática da administração pública. Portanto, o operador de Direito, seja ele o advogado ou o procurador, tem função relevante, na medida em que será sempre chamado a opinar também sobre a matéria previdenciária. Como bem aplicar a lei e como interpretá-la será sempre indispensável.

Franciele Gonçalves Izidorio: Encantadoramente desafiador. Diferente de algumas procuradorias altamente especializadas em RPPS, enquanto procuradora do instituto previdenciário municipal é necessário a constante atualização sobre conhecimentos jurídicos, não apenas da área de RPPS, mas também de direito administrativo e atualmente com o foco na área de licitações e contratos, eis que a nova lei de licitações (Lei 14.133/2021), está prestes a entrar em vigência plena, caso o Congresso Nacional não resolva estender a vigência da lei de Licitações antiga (Lei 8666/93), pois atuou frente a todas estas áreas. Evidente que não domino tudo e sempre que necessário tenho maravilhosos colegas, muitos dos quais conheci nos congressos, com quem posso buscar auxílio e debater teses.

Ainda existem outros não menos importantes que merecem a atuação da procuradoria do RPPS, como a implantação do Progestão e a Reforma da Previdência. Neste sentido, a procuradoria do

RPPS é um componente importante que auxilia a administração do RPPS. Fazendo uma comparação bem simplória, como mãe de dois que sou e gestando mais um, tenho em mente que a procuradoria é uma das pecinhas de lego que em conjunto com as demais peças, as quais representam os demais setores do RPPS, enveredam esforços para que possa formar uma estrutura que atenda ao bem maior que se destina. No caso para os meus filhos, a brincadeira, e para o RPPS o bem maior é a busca constante do tão almejado equilíbrio financeiro e atuarial.

Edirlene Milhares: Assim como o advogado é indispensável à administração da justiça, seja na seara privada ou pública, a atuação jurídica no RPPS também o é. Deve o operador do direito que esteja atuando na área previdenciária atuar de forma imparcial, profissional, ética, proba garantindo tanto ao RPPS, quanto ao segurado uma atuação isonômica, afinal não pode desconhecer que todos somos iguais perante a Lei.

Entendo que a atuação jurídica é de uma grandiosidade imensa. No complexo universo da administração e previdência pública, pois, além do poder/dever da representação judicial em todas as instâncias na defesa dos interesses do RPPS, cabe obrigatoriamente à procuradora:

- conhecer e aplicar com ética e transparência os princípios jurídicos e normas que regem a gestão previdenciária, a gestão



pública, a administração pública num todo: contratos, licitações, atos, editais;

- garantir que seja concedido aos segurados e todos seus dependentes, o melhor benefício, respeitando e fazendo respeitar os direitos e deveres de todos os integrantes do sistema previdenciário.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você aconselharia para uma procuradora que fosse assumir a atividade jurídica de um RPPS hoje?

Magadar Rosália Costa Briquet: Acho que a resposta está na questão nº 1. Mas ainda acrescentaria que é preciso estar envolvida de coração com o regime próprio. A previdência objetiva assegurar a vida do servidor quando deixa de trabalhar. Aliás, a aposentadoria é direito fundamental (art. 6º e 7º da CF) e tem o significado de jubilação. E essa preocupação com a vida das pessoas não pode estar descartada da atenção para a sustentabilidade do regime. Esse binômio aposentadoria/ sustentabilidade não se antagoniza, pelo contrário, se completa, na medida em que a aposentadoria deve estar assegurada

não só para o presente, mas garantia para que o aposentado receba sempre seu benefício no futuro também. Aqueles que lidam com a previdência devem mantê-la na mente para que sua atuação seja segura e responsável.

Franciele Gonçalves Izidorio: Meus conselhos são vários como: estude muito; aprenda com quem sabe mais; ensine quem sabe menos; ouça com carinho o servidor que vem até sua mesa, por mais desprovido de razão (ou não) que ele esteja; invista no networking; não tenha medo de criar novas teses; deixe claro para sua família que o seu trabalho é importante, e que eles também são importantes e todos têm o devido lugar na sua vida.

Edirlene Milharesi: Meu conselho, seria, além de estudar e se atualizar constantemente, capacitar-se e lembrar-se sempre que, por trás de cada processo, cada parecer, existem pessoas, famílias e vidas, e assim a operadora do Direito deve saber dosar, ter a humildade de reconhecer no segurado um ser humano. Deve saber dosar a aplicação da norma legal diante do fator humano, sem que com isso se deixe levar pela emoção, devendo sua atuação ser ética, profissional e eficiente.

Reconhecer que os segurados são pessoas que trabalharam uma vida toda, pessoas que buscam amparo no momento da perda de um ente querido, pessoas, vidas, que buscam na procuradora do RPPS orientação, segurança e muitas vezes discricção ante as dificuldades que enfrentam.

A operadora do Direito deve se dedicar a muitas horas de estudo, ter muita dedicação e ética e muito respeito, e ser tanto para os segurados quanto para os colegas um ponto de apoio para, juntos, poderem discutir problemas, buscar soluções para encontrar o ponto de equilíbrio necessário.

E em sendo advogada e procuradora, além de trabalhar sempre dentro dos parâmetros legais, com muita ética e respeito, não pode nunca perder a essência da mulher, que mesmo sendo impetuosa, é sempre comedida, mesmo sendo coração, não deixa de ser razoável, mesmo sendo "designada" como "sexo frágil" luta como uma leoa na defesa do que acredita ser certo, mesmo sendo meiga, não se deixa dominar, afinal, se já não é fácil ser procuradora do RPPS, sendo mulher, por muitas vezes, será ainda mais difícil.

A procuradora será a bússola a mostrar o norte ao gestor do RPPS,

Será a segurança quando emitir um parecer.

Será o "fiel da balança" quando analisa o melhor benefício ao segurado ou dependente,

Mas continuará a ser mulher, filha, mãe, esposa, advogada, operadora do Direito.

Trabalhe com dedicação e leveza.

Oriente e ouça, seja Luz, e principalmente, não perca nunca sua essência.

A essência de "Mulher".





VOCÊ SABE QUAL É A IDADE MÍNIMA DE APOSENTADORIA DAS MULHERES PELO MUNDO?

A exemplo do Brasil, diversos países do mundo, como Noruega, Israel, Suécia e França também têm como idade mínima de aposentadoria para mulheres 62 anos

No Brasil, a última reforma foi realizada em 2019 e aumentou a idade das pessoas do sexo feminino, de 60 para 62 anos, se olharmos apenas a regra da aposentadoria por idade no Regime Geral de Previdência Social. Já na idade mínima dos homens, nada foi alterado, e segue sendo 65 anos. Para as outras regras de aposentadoria nem havia fixação de idade para se aposentar no INSS, mas a partir da reforma

de 2019, pela primeira vez, as idades passam a fazer parte dos requisitos de aposentadoria. Ao contrário dos Regimes Próprios de Previdência Social, que exigem idade e tempo de contribuição desde a publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

A seguir apresentaremos a idade mínima de aposentadoria de alguns países.

Em países como Dinamarca, Grécia, Islândia e Itália, a idade mínima das mulheres chega aos 67 anos. Já China, Mongólia e Uzbequistão apresentam uma das menores idades do planeta, 55 anos.

Em diversos países do mundo, a idade de homens e mulheres coincidem. Entre eles, Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Grécia, Islândia, Holanda, Portugal, Finlândia, Japão, e muitos outros.

Confira a idade mínima de aposentadoria das mulheres em alguns países do mundo

Dinamarca, Grécia, Islândia, Itália
67 anos

Holanda, Portugal, Austrália
66,5 anos

Estados Unidos
66,33 anos

Espanha
66,17 anos

Irlanda e Reino Unido
66 anos

Alemanha
65,83 anos

Bélgica, Canadá, Chipre, Hong Kong, Hungria, Luxemburgo, México, Nova Zelândia
65 anos

Estônia e Letônia
64,25 anos

Finlândia, Japão, Liechtenstein, Eslováquia, Suíça
64 anos

República Tcheca
63,83 anos

Lituânia
63,67 anos

Sérvia
63,33 anos

Croácia
63,25 anos

Armênia, Azerbaijão, Malta, Singapura
63 anos

França, Israel, Noruega, Suécia, Brasil
62 anos

Romênia
61,92 anos

Bulgária
61,83 anos

Albânia
61,33 anos

Cazaquistão
60,5 anos

Argélia, Áustria, Chile, Geórgia, Índia, Malásia, Micronésia, Polônia, Arábia Saudita, Eslovênia, África do Sul, Coreia do Sul, Ucrânia
60 anos

Bangladesh
59 anos

Belarus, Indonésia, Tadjiquistão, Turquia
58 anos
Turcomenistão
57 anos

Rússia
56,5 anos

Vietnã
55,67 anos

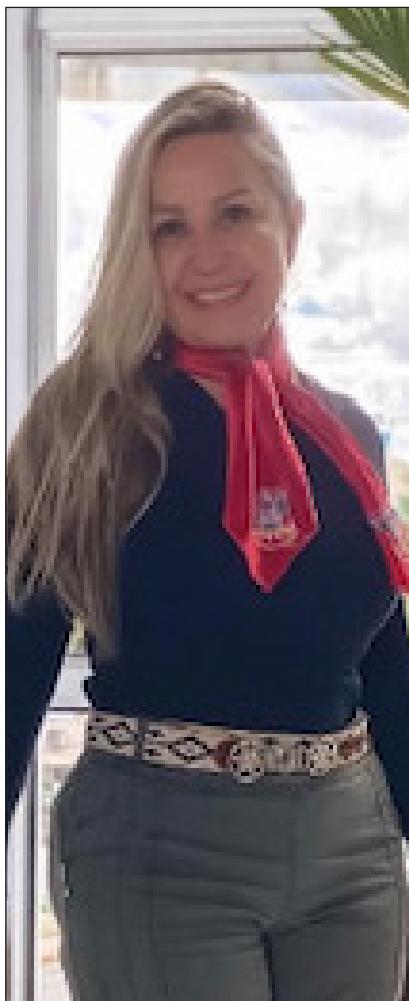
China Mongólia, Uzbequistão
55 anos





LUGAR DE MULHER TAMBÉM É NOS NÚMEROS

Nesta primeira edição da **Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS**, convidamos seis mulheres que atuam na área de investimentos, gestão e concessão de benefícios para compartilharem o olhar particular de cada uma sobre como é trabalhar neste campo.



Adriana Trautmann, nascida em Canoas (RS), é pedagoga pós graduada em Gestão Pública, trabalha no Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Canoas (CanoasPrev) onde é Diretora de Benefícios. É servidora pública do Município de Canoas desde 1995 e está no segmento dos RPPS desde 2011.

Sul | Rio Grande do Sul

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: Quais são seus principais desafios no RPPS em que trabalha?

Adriana Trautmann: Auxiliar no crescimento e no fortalecimento de nossa instituição, sempre com muita responsabilidade, mas sem perder o carinho e o comprometimento com nossos colegas, tanto ativos quanto aposentados.

Sempre coloco aos novos aposentados, em cada entrega de portarias de aposentadorias, que o RPPS é nosso! Que nós que estamos ali atuando, estamos para servi-los, da mesma forma que eles serviram a comunidade durante sua vida funcional.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você destaca em sua atuação no RPPS, o que lhe chama mais atenção no seu dia a dia no RPPS?

Adriana Trautmann: Acredito que no mundo em que estamos vivendo a tarefa mais



árdua é fazer a gestão de pessoas. Ouvir os anseios de cada um, suas necessidades e valorizar suas contribuições. Lembrando sempre que estamos na função de gestores, momentâneo, porque na verdade somos todos colegas!

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você faria hoje para aprimorar sua atuação no RPPS enquanto mulher?

Adriana Trautmann: O ambiente dos RPPS, historicamente, é um espaço masculino, no Sul do Brasil então mais ainda. Com muito trabalho e esforço estamos conquistando nosso espaço.

Um passo muito importante é apoiarmos colegas representantes nas diretorias estaduais das associações. A ABIPEM Mulher está contribuindo muito para isso!

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você deixaria de mensagem para as mulheres que virão depois de você para essa mesma função?

Adriana Trautmann: Nós, mulheres, conseguimos dar conta de várias funções ao mesmo tempo. Mães, gestoras, empreendedoras. Acredite sempre no seu potencial, na sua capacidade e corra atrás dos seus sonhos!

Alessandra Cristina Hoehn, nascida em Chapecó (SC), é economista, trabalha no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes (NavegantesPrev), onde é assessora financeira há onze anos e atualmente é Presidente do Comitê de Investimentos.

Sul | Santa Catarina

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: Quais são seus principais desafios no RPPS em que trabalha?

Alessandra Cristina Hoehn: Fazer a gestão em um RPPS já é um grande desafio. Vivemos inúmeras situações em nosso dia a dia. Lidamos com pessoas e com o futuro delas. Pre-

cisamos constantemente nos adaptar a novas regras, leis e metas. O que não nos falta são desafios.

Trabalho como assessora financeira no NavegantesPrev há onze anos e sou a presidente do Comitê de Investimentos. Durante este período superamos muitos desafios, uns programados e outros nem tanto. Temos um instituto que proporciona ao servidor todas as condições para desempenhar suas tarefas, recebeu vários prêmios nacionais de boas práticas, prêmios de investimentos e atua para manter e melhorar sua gestão.

Meu principal desafio está em executar minhas obrigações e rotinas de forma eficiente visando o bom andamento das finanças e investimentos da autarquia, mantendo o NavegantesPrev entre os melhores RPPS do país.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você destaca em sua atuação no RPPS, o que lhe chama mais atenção no seu dia a dia no RPPS?



Alessandra Cristina Hoehn: Destaco a experiência e a capacidade de adaptação às alternâncias da administração municipal e as mudanças no regimento impostas pelo segmento RPPS. Nosso dia a dia pode até parecer simples, mas não é. A função de assessora financeira abrange várias atividades, desde rotinas administrativas e de tesouraria como as de análise e gestão dos investimentos da autarquia. Funções que demandam tempo e empenho, seja no cuidado para que a gestão seja



realizada de forma correta, seja optando pelas melhores estratégias de investimentos diante do cenário econômico que nos apresentam. Preciso manter uma rotina de leitura das principais notícias políticas, econômicas e, principalmente, do comportamento do mercado financeiro. A atualização quanto ao cenário econômico nesta função, penso eu, é fundamental na hora da seleção e escolha dos investimentos.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você faria hoje para aprimorar sua atuação no RPPS enquanto mulher?

Alessandra Cristina Hoehn: Pergunta difícil, pois penso que, independente do gênero, o aprimoramento profissional

em qualquer área de atuação é imprescindível.

A busca pela igualdade e reconhecimento da minha, ou da atuação de qualquer mulher no RPPS, passa pela capacitação, pelo conhecimento e pela vontade de desenvolver novas formas de fazer gestão. A evolução tem que ser constante. Sou graduada em Economia, fiz especialização em Administração e Finanças, tenho CPA-20 e ainda tenho o CEA como meta para este ano. As oportunidades surgem, mas será que estamos preparados para aproveitar?

Penso que a gestão de uma carteira de investimentos necessita de dinamismo, de dedicação e de informação. Então, eu gostaria de desenvolver processos, métodos e formas de administrar nossa rotina,

pessoal e profissional, simplificando e otimizando nossas tarefas do dia a dia com menos burocracia e com mais tempo para a capacitação constante

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você deixaria de mensagem para as mulheres que virão depois de você para essa mesma função?

Alessandra Cristina Hoehn: Que sejam determinadas, que mantenham o foco e as suas convicções. Que tenham como meta a busca pelo aprimoramento e pelo sucesso. Espero que utilizem do legado que deixaremos como modelo, como inspiração de uma gestão que busca pela perpetuidade dos recursos do RPPS. E claro, que mantenham as premiações!!!!

Doranei Dantas Costa, nascida no município de Poções (BA), é administradora, trabalha no Instituto de Seguridade do Servidor Municipal de Camaçari (ISSM) e atua no segmento há 30 anos.

Nordeste | Bahia



aos segurados e beneficiários, prestando atendimento harmonioso e orientação de qualidade e celeridade na concessão dos benefícios previdenciários em conformidade com as normas e regras preestabelecidas.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você destaca em sua atuação no RPPS? O que lhe chama mais atenção no seu dia a dia no RPPS?

Doranei Dantas: O amor pelo que eu faço. Venho atuando no RPPS há 30 anos. Inicialmente no Instituto de Previdência do Município de Salvador, e atualmente no Instituto de Seguridade do Servidor de Camaçari (ISSM), passando a criar um vínculo afetivo com as questões previdenciárias e com os segurados. Pois eles recorrem

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: Quais são os principais desafios no RPPS em que trabalha?

Doranei Dantas: No exercício do cargo de Diretora de Previdência no Instituto de Seguridade do Servidor Municipi-

pal de Camaçari (ISSM), tenho como principal propósito dar o melhor de mim com dedicação, comprometimento e seriedade no desenvolvimento das atividades diárias, na busca constante, juntamente com a equipe, em melhor servir



aos Institutos de Previdência ao final da sua carreira ou no momento delicado da perda de um familiar, já cansados e na sua maioria fragilizados, precisando do nosso acolhimento. Isso me faz acreditar no dia a dia que somente gostando do que faz é possível ser melhor como profissional e como pessoa, fazer o bem e se dedicar às pessoas no momento em que mais precisam, neste caso, em busca de sua aposentadoria ou pensão por morte. Sinto-me obrigada a servi-los com afinco, seriedade e, sobretudo, com amor.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você faria hoje para aprimorar sua atuação no RPPS enquanto mulher?

Doraneí Dantas: Do ponto de vista da evolução feminina no mercado de trabalho e, en-

quanto mulher, é fundamental adotar práticas para incentivar a competência, a produtividade e a diversidade da equipe, e outras tantas habilidades da mulher, sobretudo, os perfis profissional, pessoal, familiar e espiritual.

O fortalecimento dessa integração e a qualificação contínua profissional impactam significativamente para o sucesso do negócio e o desempenho das atividades do Instituto, contribuindo para a manutenção de uma previdência forte e segura.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que deixaria de mensagem para as mulheres que virão depois de você para essa mesma função?

Doraneí Dantas: Enquanto mulher, apoiar, impulsionar e inspirar outras mulheres é um ato de sororidade, o que me faz for-

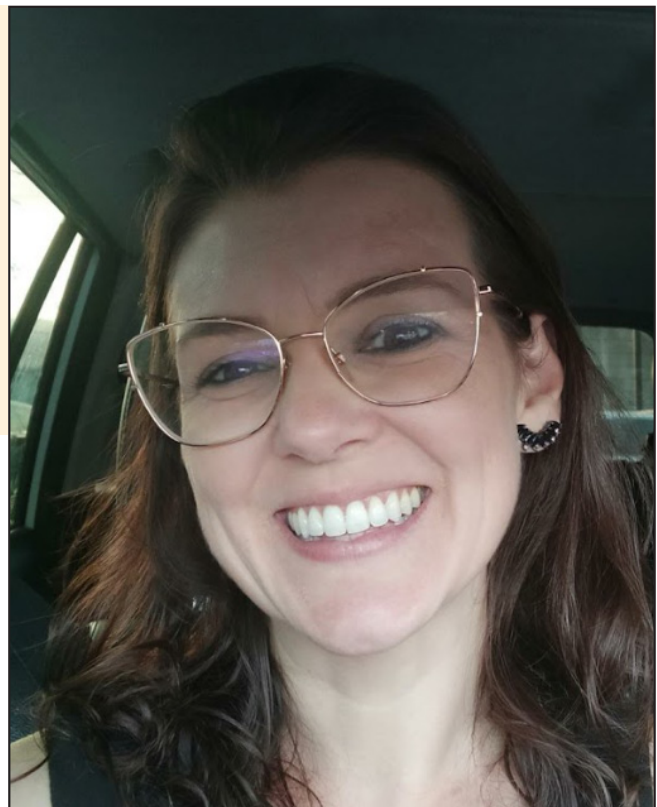
talecer e ser cúmplice, na torcida do ponto de partida para o desenvolvimento profissional da mulher ser cada vez mais essencial. E, neste sentido, desejo para as próximas mulheres que assumirão o cargo, que elas tenham uma visão do que é servidor público, saber servir com dedicação, tendo conhecimento das questões previdenciárias, mas, principalmente, mantendo a sensibilidade e a empatia para com os segurados e beneficiários, devendo focar sempre em busca de uma gestão de excelência. Atrelado a isso, o aumento da presença e valorização da mulher no mercado de trabalho, fortalecendo o empoderamento feminino tão almejado por todas nós. "Mulheres ficam mais fortes rodeadas de outras mulheres empoderadas."

Jocarla Vittorazzi Laquini
Campanha, nascida em Castelo (ES), é administradora, trabalha no Instituto de Previdência e Assistência do Município de Vitória (IPAMV) e atua há nove anos no segmento de RPPS.

Sudeste | Espírito Santo

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: Quais são seus principais desafios no RPPS em que trabalha?

Jocarla Vittorazzi: Hoje, certamente, o maior desafio que enfrentamos no nosso RPPS deve-se à relação inversamente proporcional entre a velocidade das mudanças impostas por legislações e órgãos reguladores/fiscalizadores e o quantitativo de servidores existentes para dar conta, com êxito, de realizar todas as atividades.





Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você destaca em sua atuação no RPPS, o que lhe chama mais atenção no seu dia a dia no RPPS?

Jocarla Vittorazzi: Penso que uma situação bem constante no dia a dia do trabalho é o volume de “incêndios” que apagamos. Até mesmo pelo pouco número de servidores, atendemos uma rotina diária com muitos imprevistos e demandas que surgem cada vez mais críticas e aceleradas.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você faria hoje para aprimorar sua atuação no RPPS enquanto mulher?

Jocarla Vittorazzi: Nós, mulheres, precisamos atender a

vários CNPJs: o de mãe, de filha (já que os pais mais idosos, acabam contando, na maioria das vezes, com a filha mulher), gestora, dona de casa... Entendo que uma das maiores dificuldades da mulher enquanto gestora é essa dupla jornada. Historicamente, é sabido que as mulheres ficam com uma parcela maior das obrigações da casa, diminuindo sua participação no mercado de trabalho.

Felizmente, isso vem mudando em muitas famílias. O lado bom dessa multifuncionalidade da mulher é que muitas vezes conseguimos colocar um olhar mais abrangente aos problemas, com mais sutileza e espiritualidade.

Para aprimorar a atuação temos que aperfeiçoar essa in-

tegração dos nossos “CNPJs”. Ocorre que, em uma rotina de trabalho de oito horas diárias, fica cansativo ter êxito nos demais CNPJs que, por vezes, ainda têm o de estudante para aprender todas as mudanças.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você deixaria de mensagem para as mulheres que virão depois de você para essa mesma função?

Jocarla Vittorazzi: Tenho consciência que profissionalmente ainda tenho muito para aprender e ajudar, mas digo a todas que estiverem por vir, venham com coragem. É um super desafio, em um campo muito complexo e mutável, mas é possível exercer os cargos de liderança, com aquele jogo de cintura que nos é peculiar.



Maria Silvana Barbosa Frigo, nascida em Assis (SP), é administradora, trabalha na Maringá Previdência, onde atua como Diretora de Gestão Previdenciária e Financeira. Está no segmento de RPPS há 23 anos.

Sul | Paraná

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: Quais são seus principais desafios no RPPS em que trabalha?

Silvana Barbosa Frigo: O RPPS que trabalho há 23 anos é classificado como de grande porte, por ter mais de aproximadamente 13 mil segurados, com um quadro composto por 18 servidores para atender a grande demanda de trabalho. O maior desafio é a preocupação em conseguir cumprir com as obrigações no trabalho e conciliar com qualidade de vida, ter tempo para família, estudos e lazer.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você destaca em sua atuação no RPPS, o que lhe chama mais atenção no seu dia a dia no RPPS?

Silvana Barbosa Frigo: A dedicação da equipe, o relacionamento interpessoal com os colegas e os segurados. A confiança e serenidade ao estudar e encontrar soluções para as demandas que por muitas vezes são complexas. Sou uma pessoa focada nos meus objetivos em aprimorar a gestão do RPPS, busco sempre o diálogo e empatia ao me relacionar com as pessoas, isso facilita muito para o sucesso dos projetos, porém infelizmente nem todos atuam na mesma sintonia.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você faria hoje para aprimorar sua atuação no RPPS enquanto mulher?

Silvana Barbosa Frigo: Fazer valer uma gestão de fato humanizada, com empatia e coerência através de ações de incentivo aos colaboradores. Um projeto que possa agregar diversidade, inclusão e pertencimento, respeitando limites individuais. Um sonho seria poder ter e ofertar oportunidades, tais como, participação em massa dos servido-

res da Maringá Previdência nos congressos promovidos pelas associações, agregando conhecimento para uma gestão de fato com excelência.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você deixaria de mensagem para as mulheres que virão depois de você para essa mesma função?

Silvana Barbosa Frigo: Infelizmente ainda nos deparamos com uma sociedade machista. Uma das experiências que me marcou

muito foi quando no ano de 2004, ao ser indicada para assumir a Coordenação da Folha de Pagamento do RPPS, o Gerente Administrativo, homem, disse: mas essa função é para homens! Esse fato me encorajou a provar que poderia ir ainda mais longe e superar todos os obstáculos. A mensagem que deixaria não só para minhas sucessoras, mas para todas as mulheres: Tome consciência daquilo que você é, para então saber o que você faz e obter o resultado que almeja.



Sirleide da Silva,
paulista, da área
de Contabilidade,
trabalha no Instituto
de Previdência
Municipal de Ubatuba
(IPMU) e atua com
RPPS há 18 anos.

Sudeste | São Paulo

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: Quais são seus principais desafios no RPPS em que trabalha?

Sirleide da Silva: A responsabilidade no trato da vida previdenciária dos segurados, e do montante financeiro resultado das contribuições, exige uma gestão competente, eficiente, eficaz, responsável, firme, profissional e transparente.

Os principais desafios frente à gestão do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba é desenvolver ferramentas de modo a otimizar o fluxo de processos administrativos, financeiros e previdenciários, melhorar a qualidade de serviços, reduzir custos, proporcionar segurança, valorização das pessoas e manter a referência de qualidade em gestão previdência conquistada ao longo dos anos.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você destaca em sua atuação no RPPS, o que lhe chama

mais atenção no seu dia a dia no RPPS?

Sirleide da Silva: Criou-se em Ubatuba, no ano de 1994, o Fundo de Previdência Municipal, que oito anos depois se transformou no Instituto de Previdência. O transcorrer do tempo demonstrou a necessidade de quebrar o paradigma de que tudo o que é público é ineficiente.

A minha história mistura-se à da Previdência de Ubatuba. Ao longo de sua existência foram seis mandatos de presidente, sendo que três eu estava à frente. Servidora efetiva desde 1991 e graduada em Contabilidade, iniciei meu trabalho como membro do Conselho de Administração, em 2002. Em 2006, me tornei diretora financeira, ficando nesse cargo até assumir, em 2010, a Presidência. Ao cumprir seu primeiro mandato de quatro anos, retornei ao cargo anterior ao de presidente, permanecendo até 2014, ano em que assumi, novamente, a Presidência, onde sigo até hoje.



Ao longo de minha carreira percebi a necessidade de me capacitar cada vez mais para o exercício da função. Esses anos ininterruptos de trabalho, junto ao Instituto de Previdência, foi um diferencial no processo de contínuo aperfeiçoamento.

Ao que tudo indica, esse caminho tem se mostrado correto, já que o IPMU, colecionou ao longo dos últimos anos, uma série de prêmios pela brilhante performance. Lado a lado com outros institutos de maior porte e estrutura, tem merecido destaque, sendo citado como referência de qualidade em gestão previdência.

O reconhecimento do trabalho realizado pelo IPMU ao longo dos anos, encorajou a nos lançar no maior desafio de nossa sua história: o Pró-Gestão RPPS. Em outubro de 2018, o

IPMU obteve a certificação no Nível I e, em junho de 2021, conquistou o Nível III, se tornando o primeiro RPPS do estado de São Paulo e o terceiro do País a obter Nível III em certificação nacional.

O certificado representa o esforço do IPMU em alcançar a excelência nos serviços previdenciários. O resultado advém de comprometimento e trabalho sério desenvolvido ao longo desses anos entre servidores, conselheiros e administração. O selo do Pró-Gestão é a certeza de que a equipe do IPMU tem conseguido atender às recomendações do segmento com seriedade, profissionalismo e responsabilidade.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você faria hoje para aprimorar sua atuação no RPPS enquanto mulher?

Sirleide da Silva: Apesar dos desafios, a presença das mulheres no mercado de trabalho cresce cada vez mais e não é diferente no segmento de RPPS. Aprimorar algumas habilidades é fundamental para a continuidade profissional, de maneira firme e competente mas, principalmente, a humanidade frente ao IPMU: resiliência (lidar com a adversidades, trabalhar sob pressão, enfrentar os desafios e encontrar novas soluções, e multitarefas para aprimorar a capacidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo também é uma habilidade feminina.

As jornadas duplas estão aí para confirmar: realizar várias atividades diferentes, com qualidade e sem perder o foco; manter o comprometimento para fazer um trabalho bem feito, com atenção e capricho; buscar a criatividade a fim de criar novos caminhos e soluções, frente à demanda crescente e mirar a flexibilidade para se adaptar com facilidade às mudanças constantes no universo previdenciário.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você deixaria de mensagem para as mulheres que virão depois de você para essa mesma função?

Sirleide da Silva: Nunca perder a sensibilidade natural de uma mulher. Os RPPS lidam com pessoas, principalmente em uma fase de vida de transição e novidades. Esse processo requer um olhar atento e cuidadoso, característico de uma mulher.



MULHERES NOS CONSELHOS: RESPEITO, ORGULHO E COMPROMISSO COM O FUTURO



Francisca Ineida Freitas é conselheira do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Morada Nova (IPREMN), de Morada Nova (CE).

“Através da minha participação posso fiscalizar e acompanhar o funcionamento do instituto que faço parte. Estou no Conselho Previdenciário. O nosso principal obstáculo é a falta de conhecimento de como fiscalizar, mas estamos aprendendo através da ABI-PEM. Deixo como orientação para futuras conselheiras, que elas realmente queiram fiscalizar os futuros recursos, pois o IPREMN é nosso investimento do futuro, exigir mais transparência e esclarecimento nas ações e atividades do órgão.”

Lucimar Gomes de Queiroz é conselheira no Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Sinop (MT)

Ingressou no concurso público em fevereiro de 2000. Sempre foi apaixonada pelo que faz, tanto na área de Serviços Gerais quanto Administrativa. Passou por diversos setores da Prefeitura de Sinop. Nas áreas de Agricultura e Meio Ambiente sempre teve destaque nas atividades desenvolvidas, e possui muito orgulho de ser servidora de carreira. Atualmente, exerce a função de coordenadora administrativa da Secretaria de Meio Ambiente.

Atuar como conselheira no PreviSinop é viver uma experiência de busca e aprendizado constante, confirma Lucimar, que completa: “Isso faz com que os desafios se tornem mais fáceis e produzem melhores resultados, orgulho em fazer parte dessa missão tão importante para o servidor público municipal de Sinop (MT)”.

“Estar conselheira é uma responsabilidade muito grande e desafiadora. Preciso estar em constante aprendizado sobre Previdência e Investimentos, pois exerço a função de conselheira de In-



vestimentos. Somos responsáveis pela aplicação dos recursos da aposentadoria de milhares de servidores, inclusive, a nossa. No início foi desafiador, tinha o conhecimento genérico, mas com o passar dos anos, foram se aprimorando os conhecimentos por meio de pesquisas, cursos, seminários e ainda provas de títulos. Essa busca por conhecimento na área de Previdência fez com que muitas dúvidas fossem sanadas, dando lugar a uma nova visão: da responsabilidade de ser conselheira. A busca constante por conhecimento na área e as exigências de ser conselheira fizeram com que eu me apaixonasse pela função de conselheira”, revela Lucimar.



Maria Reneide Saldanha de França é auditora fiscal aposentada, trabalhava no Instituto de Previdência dos Servidores de Natal (NatalPrev) como conselheira, tendo participado de duas administrações.

Qual a importância da sua participação no conselho do seu RPPS?

Acho importante participar do conselho do RPPS, primeiro como servidora municipal e segundo como cidadã. Sinto-me responsável para acompanhar as ações da entidade, observando sempre o cumprimento das normas na legislação vigente.

Quais obstáculos você já enfrentou durante sua participação no Conselho?

Em administrações anteriores, o maior obstáculo era a falta de acesso direto às informações.

Alguma orientação para futuras conselheiras?

Minha orientação para futuras conselheiras é que se qualifiquem, aprofundem o conhecimento, estudem a legislação dos RPPS, se atua-

lizem constantemente, principalmente, participando de eventos sobre o assunto.

Qual sugestão para a atuação das mulheres conselheiras de RPPS?

Sugiro que as mulheres se proponham, cada vez mais, a contribuírem ativamente nos conselhos, e que possam expressar seus pensamentos no momento oportuno. Quando necessário, solicitar informações ao cumprimento de suas funções, visando prevenir e administrar situações de conflitos de interesses. Ao mesmo tempo discutir e garantir a disseminação dos valores e princípios da organização, adotando estratégias que protejam e valorizem a organização.



AS MULHERES NO CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E NORMATIZAÇÃO



Ana Cristina Moraes é nascida em Bom Retiro do Sul (RS) e Conselheira Substituta no TCE/RS

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: Sua atuação em um ambiente rigoroso como órgãos de controle impõe maiores desafios?

Ana Cristina Moraes: Atuar em um órgão de controle externo em matérias envolvendo os RPPS, mais especificamente em um Tribunal de Contas, não é uma tarefa fácil. Após a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/2019, houve a descentralização das regras previdenciárias aos entes subnacio-

nais (estados e municípios), acarretando a existência de inúmeros regimes jurídicos diferenciados, de acordo com as vontades legislativas e políticas. Além disso, como as decisões dos Tribunais de Contas podem ser revistas pelo Poder Judiciário em questões constitucionais e legais, é possível o conflito hermenêutico, sendo frequente o estabelecimento de diretrizes pelo Supremo Tribunal Federal. Os maiores desafios, portanto, estão relacionados com a atualização constante dos conhecimentos e a manutenção de um aprendizado continuado a fim de dominar o arcabouço normativo, jurídico e decisório para a for-

mação do juízo diante dos casos concretos colocados em julgamento.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você ressaltaria na atuação das mulheres enquanto gestoras de RPPS?

Ana Cristina Moraes: O Brasil ainda precisa avançar muito na abertura de espaço para as mulheres ocuparem cargos de gestão. No caso dos RPPS, o número de mulheres gestoras deve ser bem pequeno, como ocorre na maioria das atividades de destaque dos órgãos públicos. Contudo, o nosso país é signatário da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 5 preconiza justamente a igualdade de gênero. Dessa forma, uma medida de implementação deste ODS pode ser o estabelecimento de quotas para que, no futuro, haja a mitigação da desigualdade e não precise mais se falar no assunto. Eu não tenho dúvida de que haverá um grande avanço na administração pública quando houver essa abertura maior para que as mulheres sejam gestoras de cargos de destaque, já que possuem uma forma diferente de funcionar e uma qualidade inata, que é a ética do cuidado.



Cláudia Fernanda Iten, nascida em Blumenau (SC), é coordenadora geral de Normatização e Acompanhamento Legal. Trabalha no Departamento dos RPPS, da Secretaria do Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social. Atua há 18 anos no segmento de RPPS.



Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: Sua atuação em um ambiente rigoroso como órgão de normatização impõe maiores desafios?

Cláudia Iten: Os desafios são constantes, mas na medida que avançamos no estabelecimento e na publicação de parâmetros, diretrizes e critérios de responsabilidade previdenciária na gestão dos RPPS, reforçamos o acompanhamento constante, a divulgação de informações, a transparência e as ações de educação previdenciária, intensificando o papel de orientação e de medidas que visam contribuir com a profissionalização e o fortalecimento dos RPPS. Ficamos mais próximos de atingir o objetivo principal que é a sustentabilidade dos RPPS com a proteção de direito ao benefício dos servidores, garantindo o atendimento da finalidade do regime por meio de uma boa, regular e eficaz gestão.

A gestão do RPPS envolve várias áreas, exigindo dos dirigentes, conselheiros e membros do Comitê

de Investimentos, o conhecimento de ferramentas para acompanhamento da gestão do regime e o atendimento às exigências legais, além de permanente atualização. Ou seja: é necessário ao RPPS focar na observância da conformidade aos requisitos legais estabelecidos pelos órgãos de regulação e supervisão. E o conhecimento é a principal engrenagem. Ele faz girar todas as peças necessárias para a boa e regular gestão, em observância aos preceitos legais.

Na era onde o tema governança é pauta nas organizações e no setor público e aqui, especificamente nos RPPS, não seria diferente. Os requisitos de qualificação profissional, seja ela pessoal ou institucional, tomam um espaço cada vez maior em leis e portarias.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você ressaltaria na atuação das mulheres enquanto gestoras de RPPS?

Cláudia Iten: A sensibilidade, mas não no sentido de fragi-

lidade, mas na capacidade de empatia, de percepção apurada, a visão do todo. Ao abordar um tema ou praticar um ato de gestão, as mulheres dirigentes de RPPS têm uma habilidade acentuada em se colocar do outro lado, entender o reflexo. Isso intensifica a capacidade de pensar e agir em muitas direções ou temas ao mesmo tempo, o que representa uma vantagem no momento de tomar decisões e enfrentar desafios que se apresentam na gestão dos RPPS.

As organizações estão cada vez mais interconectadas, já que as mudanças são mais rápidas do que antes. Por isso, são necessárias características da colaboração, empatia, sensibilidade e consenso que são mais associadas ao feminino. Em geral, as mulheres tendem a ser mais participativas para encontrar as melhores soluções ao aprimoramento da gestão dos RPPS. Têm mais habilidade para dizer sim do que não. Não um sim por si só, mas um sim para a construção e a realização.



Marcia Lucia Paes Caldas, carioca, nascida no Rio de Janeiro, trabalha há 14 com RPPS é servidora pública federal e trabalha no Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público-Ministério da Previdência Social

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: Sua atuação em um ambiente rigoroso como órgão de fiscaliza-

ção imputa maiores desafios?

Marcia Lucia Paes Caldas: Certamente, para nós que integramos o lado que fiscaliza. No meu caso, que estou há 14 anos no RPPS - Ministério da Previdência, o desafio é grande, principalmente quando se tem um alto número de CRPs judiciais entre os Regimes Próprios, mas também é gratificante quando os resultados são atingidos e conseguimos levar aos gestores a importância da aplicação das

boas práticas de gestão para se cumprir o principal objetivo do RPPS: garantir ao segurado o provimento à aposentadoria digna.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você ressaltaria na atuação das mulheres enquanto gestoras de RPPS?

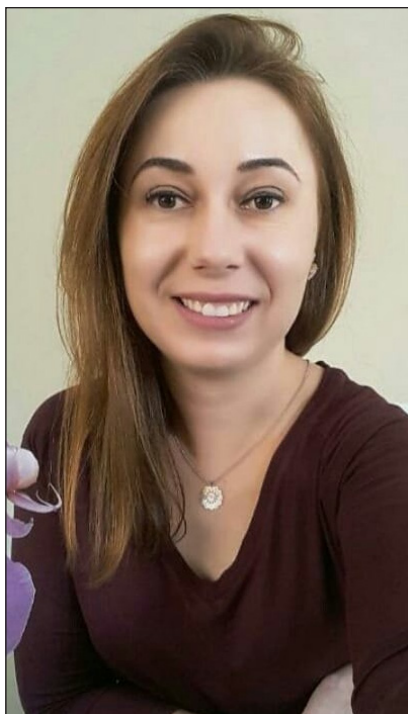
Marcia Lucia Paes Caldas: Eu não fazia ideia da quantidade de mulheres atuando nos RPPS até ver a iniciativa da ABIPEM de exaltar as mulheres de RPPS, destacadas nas fotos em eventos realizados pela Associação e parceiros. É maravilhoso ver a força e a competência das mulheres sendo reconhecidas e apreciadas e verdadeiramente valorizadas. São mulheres que estudam, cuidam da casa, dos filhos e ainda conseguem estar à frente de uma função tão difícil e desafiadora e o fazem com maestria. Parabéns à ABIPEM por ressaltar e reconhecer a importância da mulher no segmento dos RPPS!





MULHERES DO SERVIÇO SOCIAL, DA ARQUIVOLOGIA E PROGRAMAS DE SEGURIDADE SOCIAL

Diversidade de olhares complementam a riqueza da atenção no universo dos Regimes Próprios



Catia Raulino,
Supervisora de Programas de Seguridade Social do RPPS de Jaraguá do Sul (SC)

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: Qual sua área de atuação e quais são seus principais desafios no RPPS em que trabalha?

Catia Raulino: Trabalho na área de Programas de Seguridade Social no Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), responsável pela elaboração, planejamento, execução e avaliação de programas e projetos voltados à educação de seguridade social e à longevidade ativa. O meu principal desafio, enquanto responsável por essa área, é fazer com que as pessoas compreendam a importância de conhecerem os seus direitos e as suas responsabilidades relativas à seguridade social, e que reconheçam a necessidade de se autorresponsabilizar na busca por uma vida longa, ativa, autônoma e independente. Acredito que essa compreensão e reconhecimento poderá, também, aumentar o nível de engajamento das pessoas nas ações promovidas pelo Issem, sendo este engajamento um desafio que precisa ser superado.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você destaca em sua atuação no RPPS, o que lhe chama mais atenção no seu dia a dia no RPPS?

Catia Raulino: Me chama a atenção no dia a dia de trabalho a necessidade de buscar continuamente por informações e conhecimentos sobre temas emergentes relacionados à seguridade social, saúde e qualidade de vida, pois eles precisam passar a compor as nossas reflexões e falas, e serem incorporados nos projetos já existentes.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você faria hoje para aprimorar sua atuação no RPPS enquanto mulher?

Catia Raulino: Acredito que mulheres são profissionais criativas e preparadas para criar novos caminhos e soluções. Assim, partindo do princípio de que "fazer mais com menos" é uma forte demanda nas organizações, nunca se exigiu tanta criatividade do profissional como atualmente. Neste sentido, a fim de aprimorar minha atuação no RPPS, busco trabalhar de maneira mais inteligente, focando meu tempo em atividades que agreguem valor ao negócio do Issem e que possam otimizar

resultados e simplificar processos.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você deixaria de mensagem para as mulheres que virão depois de você para essa mesma função?

Catia Raulino: Para aquelas que virão depois de mim, eu peço que evitem de simplesmente seguir o fluxo de trabalho já pré-estabelecido, e que em vez disso analisem, questionem, encontrem novas maneiras de fazer as coisas,

pois as demandas mudam, as pessoas mudam! E nós precisamos acompanhar essas mudanças para alcançar resultados ainda melhores e encontrar sentido e propósito no que fazemos diariamente.



Leandra Nascimento Fonseca é arquivista, trabalha no Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória (IPAMV), e em 2023 vai completar nove anos atuando no segmento de RPPS.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: Qual sua área de atuação e quais são seus principais desafios no RPPS em que trabalha?

Leandra Nascimento: Bem, eu sou arquivista e trabalho no Centro de Documentação/Arquivo do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória (IPAMV), no Centro de Documentação, um órgão de apoio. Nosso papel, além de guardar a documentação da instituição, é preservar a memória e possibilitar o acesso à informação, para que os outros setores possam tomar decisões justas e acertadas, preservando, assim, o direito do segurado, e a própria instituição. Hoje também é de nossa responsabilidade promover eventos culturais e de mediação arquivística.

Nossos desafios são muitos, mas destaco o acesso à informação, sua confiabilidade, e a preservação de nossa memória e cultura. O nosso arquivo guarda verdadeiros tesouros, temos documentos sob nossa guarda que datam 1923. É importante preservar e contar a nossa história, reforçando, desta forma, nossa identidade, compromisso com nossos segurados e servidores.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você destaca em sua atuação no RPPS, o que lhe chama mais atenção no seu dia a dia no RPPS?

Leandra Nascimento: O que eu destaco na minha atuação no RPPS é a busca pela excelência, e a humanização dos nossos serviços, no IPAMV, nós, a Assistência Social, e o Arquivo temos uma série de projetos para servidores e segurados, dentre eles destacamos o "Ocupando a Mente" um projeto que, de maneira lúdica, incentiva a convivência e a busca pelo envelhecimento saudável dos segurados e pensionistas. Nesse projeto fazemos oficinas de manualidades, palestras com temas de interesse, eventos culturais... É muito interessante e recompensador.

O que mais me chama a atenção em nossa atuação é a importância do RPPS para o futuro dos segurados e suas famílias, nossa atividade se torna mais evidente quando o segurado envelhece e conquista o direito de se recolher e quando, por algum infortúnio, não pode mais trabalhar, se nós não existíssemos muitas pessoas estariam entregues à própria sorte, ou seriam um peso para seus familiares.

Poucas pessoas têm ideia de que a previdência é uma conquista e um direito que deve ser preservado. Ao atuarmos em nossos projetos temos uma proximidade maior com os segurados e vemos a im-



portância do benefício de aposentadoria e pensão para o amparo da velhice, principalmente num momento onde estamos vivendo mais. É a primeira vez que nós, no Brasil, estamos chegando tão longe, a população está vivendo mais, principalmente as mulheres.

É importante lembrar que nem sempre foi assim, que antes de 1923 contávamos com a própria sorte na velhice, ou em caso de invalidez. No nosso caso, nós, mulheres, só contamos com direito à licença-maternidade e a aposentadoria em 1946; antes não possuíamos nenhum tipo de segurança.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você faria hoje para aprimorar sua atuação no RPPS enquanto mulher?

Leandra Nascimento: Com relação ao aprimoramento acho importante seguir estudando

sempre, estou sempre em busca de qualificação, não só na minha área, mas em tudo que possa agregar. Depois que comecei a trabalhar no RPPS as áreas de interesse cresceram muito. Fui procurar conhecimento na área de envelhecimento e gerontologia, pedagogia, administração, finanças e economia. Acredito que quando nos mantemos "curiosos", não é só a instituição que ganha, nós também. Posso dizer que ampliei bastante meus horizontes e cresci muito como pessoa nesses oito anos.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você deixaria de mensagem para as mulheres que virão depois de você para essa mesma função?

Leandra Nascimento: Gentis consigo e com os outros, que não desanimem pois direitos são conquistados todos os

dias, e precisamos estar atentas para que nossas lutas não caiam no esquecimento. Conciliar trabalho, estudos, casa e filhos não é fácil, mas estamos aqui lutando todos os dias para que as pessoas não esqueçam o quanto é importante cuidar de nossa memória para que o passado não caia no esquecimento e que possamos construir um futuro ainda melhor.

A Previdência é um direito de todos, mas é ainda mais importante para nós mulheres. Sem ela estaríamos sujeitas a muitas situações de violência em uma sociedade que ainda é tão desigual, principalmente no momento que emergem nas redes sociais movimentos que propagam misoginia e machismo.



Vera Marcia Gobbo Tedeschi nasceu em Curitiba (SC). É assistente social no Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba (IPMC). Trabalha com o segmento de RPPS há 13 anos.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: Qual sua área de atuação e quais são seus principais desafios no RPPS em que trabalha?

Vera Marcia Gobbo Tedeschi: Sou assistente social e trabalho no Setor de Serviço Social do IPMC. O serviço social no IPMC trabalha com orientação e informação dos beneficiários e familiares no que se refere ao Direito Previdenciário.

Além disso, pensando nos desafios através do estudo social, relatório e parecer social, que subsidiam o parecer e encaminhamentos da área de Conces-



são de Benefício, da Assessoria Jurídica e também da Diretoria de Previdência, destacamos:

- A necessidade de interface com as demais políticas da Seguridade Social, Saúde e Assistência que, em conjunto com a Previdência, permitem uma atenção mais adequada à situação do nosso servidor, aposentado e pensionista.

- A análise do contexto sócio-familiar do servidor ou pretendente ao benefício para melhor entendimento da situação vivida e as demandas que exigem encaminhamentos para a Rede Proteção, órgãos de Defesa de Direitos, entre outros.

- Orientação do servidor ou do pretendente ao benefício para que este compreenda os critérios para a legitimação do direito e que este seja melhor instrumentalizado no que se refere ao processo administrativo.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você destaca em sua atuação no RPPS, o que lhe chama mais atenção no seu dia a dia no RPPS?

Vera Marcia Gobbo Tedeschi: Chama atenção o quanto o nosso trabalho é dinâmico, não só porque a realidade de cada servidor, aposentado e pensionista é distinta, mas porque o momento em que o Direito Previdenciário é solicitado, é um momento único que em muitos casos envolve fragilidades, vulnerabilidades que precisam ser consideradas.

Neste sentido, a possibilidade de troca e discussão com as demais áreas do RPPS, como a Concessão e a Assessoria Jurídica, permitem um olhar deste indivíduo em sua singularidade frente à proteção social necessária.

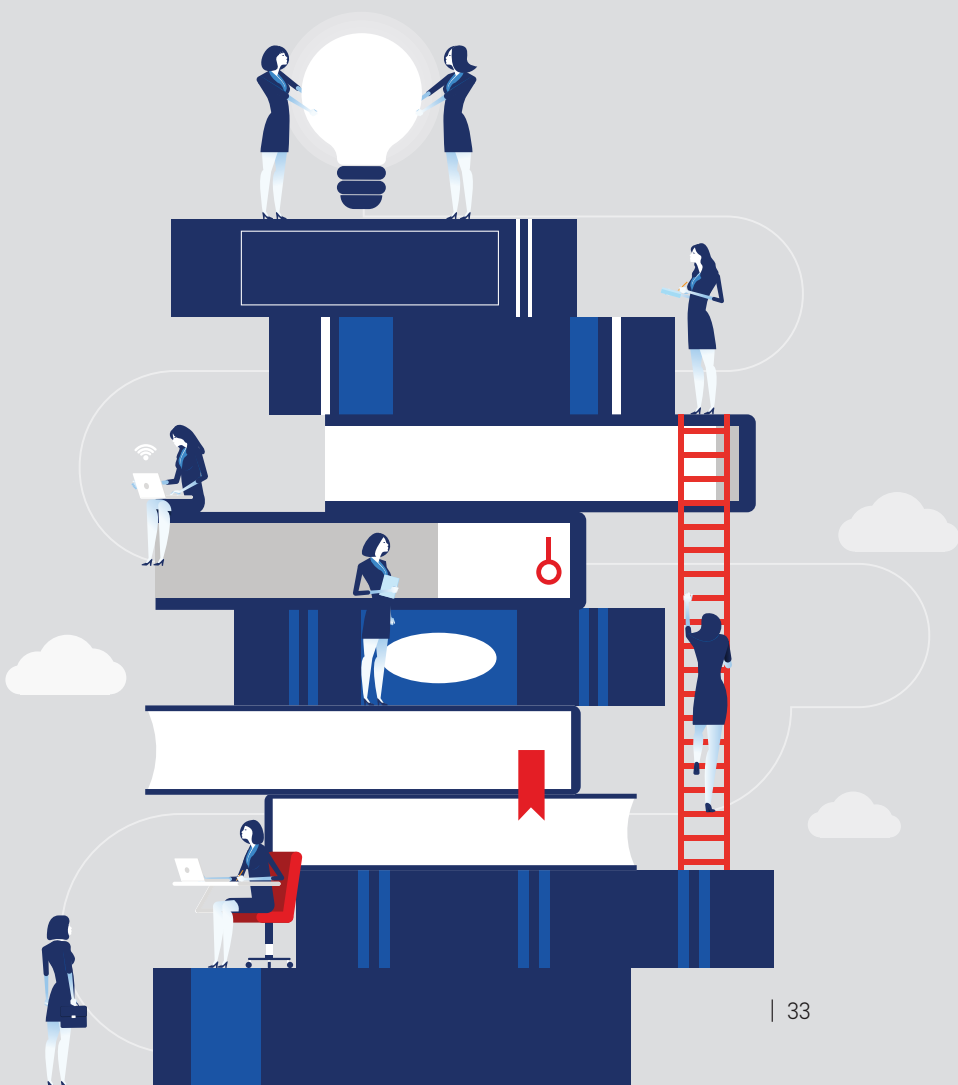
Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você destaca em sua atuação no RPPS, o que lhe chama mais atenção no seu dia a dia no RPPS?

Vera Marcia Gobbo Tedeschi: Com uma demanda tão dinâmica, é imprescindível se manter atualizada nas discussões em torno da Previdência, mas também no âmbito da seguridade social e demais políticas sociais. Além disso, o compartilhamento de informações e de experiências com

outros profissionais que atuam no IPMC, na PMC, em outros RPPS e órgãos que atuam na proteção de direitos, permite uma prática qualificada e melhores respostas às demandas sociais.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você deixaria de mensagem para as mulheres que virão depois de você para essa mesma função?

Vera Marcia Gobbo Tedeschi: Trabalhar na previdência nos permite olhar para a nossa própria vida funcional. Hoje, estamos na posição de análise, de realizar encaminhamentos, mas em algum momento seremos beneficiários da Previdência, e precisamos que “ela esteja lá” para a nossa proteção.





MULHERES QUE PRESIDEM ASSOCIAÇÕES



Audrey Suelen Brito Mila, presidente da Associação Norte Riograndense de RPPS (ANORPREV)

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: Como é presidir uma associação de RPPS?

Audrey Suelen Brito Mila: Recompensador, porém nada fácil. Poder estar à frente de uma associação que representa os cerca de 40 RPPS do Estado do Rio Grande do Norte é uma missão árdua, pois somos, em maioria, novos e de pequeno porte. O que ainda gera falhas na profissionalização dos gestores e assessorias que auxiliam os Institutos, aliado à dificuldade financeira de Taxas de Administração, que não conseguem custear as despesas básicas do órgão gestor. Contudo, a vitória a cada passo dado

pelos RPPS norte-rio-grandenses em direção à excelência na gestão previdenciária, me traz alegria e força para continuar esse trabalho desde a criação da ANORPREV, em 2017.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: Quais as responsabilidades que o cargo implica?

Audrey Suelen Brito Mila: As responsabilidades são inúmeras: transparência, disponibilidade, conhecimento. Às vezes, apenas um ombro amigo sem poder dar oficialmente a resposta almejada, mas se eu pudesse destacar uma, com maior afinco, seria o de orientação e proteção dos RPPS às armadilhas que alguns tendem a cair por falta de experiência. Aliado a uma constante busca por capacitações, de todos e dos mais diversos temas que possam atender aos interesses dos Regimes Próprios do Rio Grande do Norte.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você pensa em fazer para aprimorar sua atuação na associação?

Audrey Suelen Brito Mila: O pensamento é uníssono em toda a diretoria da ANORPREV, o de trazer sempre mais e mais qualificação para os gestores e servidores ligados de alguma forma ao seu RPPS. Seja através de cursos preparatórios, treinamentos, encon-

tros, seminários, fórmulas que tragam a possibilidade de cada um de nós aprendermos cada vez mais sobre a nossa previdência própria, e tratá-la com a seriedade que ela e o seu ente federado merecem.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você faria para incentivar que outras mulheres participem da associação?

Audrey Suelen Brito Mila: Apesar de nós, mulheres, não sermos a maioria de gestores de RPPS no nosso estado, somos maioria na ANORPREV. A Diretoria e o Conselho Fiscal, órgãos que compõem a Associação, representam 2/3 em composição feminina, o que me deixa muito feliz. Costumo dizer, ainda mais para o meu estado, que os RPPS têm em grande parte apenas 10 anos de criação, que o gestor de RPPS não necessariamente precisa ter X ou Y formação profissional. O perfil profissional de gestor de RPPS vai além da escolaridade; é um perfil aguerrido, correto, que busca enfrentar todas as dificuldades que surgem de cabeça erguida e de maneira incansável.

E ninguém melhor do que nós, mulheres, às vezes mães, para ter esse perfil, e conseguir ultrapassar incontáveis barreiras para vencer os preconceitos. Tirar o CRP, unir os

servidores, os aposentados e pensionistas. Trazer a importância social de um Regime Próprio de Previdência, na sua integral responsabilidade.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que lhe motivou a ser liderança, nesse segmento, em seu Estado?

Audrey Suelen Brito Mila: Na verdade, não posso nem dizer que houve uma motivação inicial. Além de um sonho de juventude, de uma recém-for-

mada e nomeada em concurso público, que acreditava que podia mudar o mundo à sua volta com as atitudes que julgava serem corretas, foi realmente estar no lugar e hora que tinha que estar para que tudo culminasse à Presidência da ANORPREV. O RPPS do município no qual sou servidora efetiva, foi criado um pouco antes do boom de criação de RPPS em nosso estado. Inicialmente foi presidido por uma referência em Previdência Própria aqui no RN e fora dele, a Ro-

berta Cabral. Como símbolo de conhecimento na área, ela era procurada para orientar os novatos no ramo e, dessa forma, criamos o Fórum de Gestores Previdenciários (FOGESPRES). Mais tarde, sentimos a necessidade de formalizar nossa união com a Associação, que quando foi criada, eu já me encontrava como presidente do RPPS ao qual sou filiada, e as coisas aconteceram assim, seguindo seu curso natural.



Léa Santana Praxedes, nascida em Mossoró (RN), é administradora e pós-graduada em Gestão Pública e em Gestão Pública Previdenciária. Trabalha no Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo (IPSEMC). Está no segmento de RPPS desde 2004.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: Como é presidir uma associação de RPPS?

Léa Santana Praxedes: Foi em 9 de agosto de 2013 que criamos a Associação Paraibana de Regimes Próprios de Previdência (ASPREVPB). Após um laborioso trabalho junto à Diretoria, contamos com 54 RPPS filiados de um total de 71 Regimes Próprios instituídos. Neste momento aceitei o desafio de servir em todos os aspectos, pois desde nova carreira esta sublime missão. Ainda adolescente recebi um cartão de um coleguinha que estava escrito: "Eu dormia e sonhava que a vida era só alegria. Acordei e vi que a vida a isso não correspondia. Desde então vi que a alegria está em SERVIR." Nesse propósito eu cresci e desde o momento em que fui selecionada para presidir esta Associação tenho me dedicado dentro das possibilidades existentes, e também observado um resultado positivo aqui em nosso estado. Quando falo em serviço, refiro-me a uma ges-

tão a qual diz respeito a um modelo pautado na influência e não no poder. Esse modelo sugere construir uma governança baseada na ética, na integridade e no exemplo entre "fala e prática", onde as pessoas analisam o que os gestores fazem, como agem, como se comportam e o que direcionam suas decisões. Desta forma, as pessoas passam a ter confiança em nós.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: Quais as responsabilidades que o cargo implica?

Léa Santana Praxedes: As responsabilidades implicam em reconhecer talentos, compartilhar informações em prol do trabalho em conjunto, estimular o desenvolvimento da gestão, realizar capacitações e treinamentos, motivar as pessoas a buscar seus objetivos relacionados aos seus RPPS, realizar intercâmbio entre gestores, cursos, seminários, fóruns, encontros e debates, visando a profissionalização, a qualificação e o conhecimento que abrange a todos a fim de



conduzi-los a uma governança eficiente que gere ações eficazes e, a partir daí, constatar um resultado positivo.

Tudo isto implica, também, atualizar-se para poder contribuir de forma efetiva, ter objetivos claros e, por fim, observar o feedback para estabelecer os indicadores de desempenho e mensurar a produtividade. Se fôssemos citar aqui os eventos já realizados a relação seria enorme. Vale salientar que esses eventos incluem todos os assuntos, seja na parte financeira, investimentos, jurídica, concessão de benefícios, administrativa, atendimento, documental, atuarial, arquivística, tecnologia da informação, Comprev e tudo que envolve cada uma dessas áreas. Na verdade, as necessidades são extremas em virtude do descalço que ocorreu no passado, o qual ocasionou uma série de problemas que hoje tentamos solucionar mesmo que parcialmente. Enfim, o trabalho de uma associação envolve muito sacrifício e disposição para um resultado menos complexo.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você pensa em fazer para aprimorar sua atuação na associação?

Léa Santana Praxedes: Com base na minha vasta experiência frente à governança previdenciária, visto que atuo desde o exercício de 2004, tenho procurado – no âmbito da associação – sob demandas, ouvir as problemáticas, direcionando as capacitações e treinamentos exatamente para que haja soluções viáveis e assim o RPPS caminhe, no âmbito le-

gal, para a excelência e a sustentabilidade necessária. Afinal toda a construção de um ambiente profissional capacitado, treinado, igualitário, diverso e inclusivo leva tempo e exige convencimento, aceitação e conscientização até porque nós lidamos com capital humano que, após motivado e esclarecido, pode gerar resultados que vão muito além do aspecto financeiro, das dificuldades, dos problemas. Portanto, procuro ter uma visão holística e humanista visando aumentar o engajamento, a satisfação com a causa previdenciária dos atores que operam o sistema e isso tem resultado na satisfação dos filiados e no fortalecimento dos nossos RPPS, e reconhecimento por parte de nossa Corte de Contas.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você faria para incentivar que outras mulheres participem da associação?

Léa Santana Praxedes: Não tenho dúvidas de que a mulher exerce um papel diferenciado em todos os aspectos uma vez que ela é multiprofissional, ou seja, consegue realizar várias tarefas ou atividades de uma só vez e, em se tratando do ambiente do RPPS, ela consegue gerar transformação, mudança e até revolução. Vendo por esse ângulo continuarei trabalhando incessantemente no sentido de engajar o maior número de mulheres em nossa associação, sejam elas gestoras, conselheiras, membros de Comitê de Investimentos, membros da equipe, a desenvolverem a luta afetuosa e mostrar-lhe quão grande

é o seu valor, sua tenacidade e a sua capacidade de realização. Neste momento, posso afirmar que temos resultados brilhantes de mulheres em nosso meio que têm feito a diferença aqui na Paraíba no âmbito da governança previdenciária. E tudo isso graças aos trabalhos na Associação relacionados a uma construção de mudanças que acontecem quando os imensos desafios começam a ser superados. Com isso, pela quantidade de mulheres que hoje fazem parte da ASPREVPB, constata-se que houve um enorme avanço feminino no âmbito dos RPPS da Paraíba.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que lhe motivou a ser liderança, nesse segmento, em seu Estado?

Léa Santana Praxedes: Na verdade, enfrentei uma enorme dificuldade inicial quando assumi o RPPS de Cabedelo (PB) do qual sou gestora desde o exercício de 2004. Encontrei um ambiente basicamente sem a mínima viabilidade de existência. Passei por momentos críticos no que diz respeito ao enfrentamento da problemática que envolvia todos os aspectos da governança, sobretudo, a ausência de repasses, dívidas e tudo o mais.

Em vários momentos pensei em desistir, porém, com fé em Deus, consegui enxergar que problemas existem de forma a serem enfrentados e resolvidos. A partir de então me revesti de garra, fé, determinação, coragem e vigor para seguir em frente, agindo com planejamento estratégico e ações definidas a pon-

to de hoje o nosso RPPS estar certificado em nível III do Pró-Gestão RPPS, que foi a maior conquista, um sonho realizado com muito esforço e trabalho exaustivo junto a equipe.

Diante do exposto resolvi seguir um caminho – embora espinhoso – no sentido de mostrar aos nossos RPPS que, com dinamismo, treinamento e capacitação, todos são capazes de mudar a situação da Previ-

dência objetivando conduzi-la à excelência, à sustentabilidade.

Na verdade, não é fácil. Nós que trabalhamos com equipe pequena, além da gestão, temos que assumir outros trabalhos para poder ver a coisa funcionar e, mesmo sem tempo suficiente, sobrepujamos essas dificuldades e vislumbramos um resultado positivo, uma vez que o meu sonho

é ver todos os RPPS da Paraíba num patamar de excelência previdenciária pública com um desempenho qualificado, pois este é o elemento chave para melhorar a performance, não só do gestor, mas da equipe, visto que o cumprimento de responsabilidades sob critérios estabelecidos garante a produtividade dentro dos conformes legais de forma eficiente, efetiva e eficaz.



Luana Aparecida Ortega, presidente da Associação das Entidades de Previdência do Estado e Municípios Mato Grossenses (APREMAT). É contadora e diretora executiva. Trabalha no Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres (PreviCáceres).

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: 1- Como é presidir uma associação de RPPS? Quais as responsabilidades que o cargo implica?

Luana Aparecida Ortega: Presidir a APREMAT é a extensão do trabalho diário à frente do RPPS nos últimos anos. De fato, é um desafio ímpar de crescimento profissional e amadurecimento político, pois representar os colegas com proposituras, discussões e representatividade não é tão simples, mas é muito prazeroso.

A gama de responsabilidades é vasta, eis que envolvem ações de regularização fiscal, planejamento, administração da entidade, contabilização e controle financeiro dos recursos, além da grande missão representativa em espaços políticos, de discussão normativa, de proposituras, dentre outras de iguais relevâncias. Noutra ponta, é essencial manter a qualificação de cunho técnico e contemporâneo aos associados como forma de contribuir para a preservação e fortalecimento dos planos previdenciários mato-grossenses a partir das alterações legais e/ou normativas.

Tais responsabilidades se minimizam na medida que usufruímos do apoio, dedicação e contribuição dos demais diretores, conselheiros, parceiros e associados da entidade, eis que não medem esforços para caminharem lado a lado no desenvolvimento da associação.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você pensa em fazer para aprimorar sua atuação na associação?

Luana Aparecida Ortega: Entendo que é essencial motivar outros gestores de RPPS para vivenciar a experiência de doar um pouco de tempo para contribuir com a entidade associativa, principalmente nos compromissos que fortalecem ações de cunho técnico e científico que possam enriquecer a gestão previdenciária no âmbito do Estado de Mato Grosso, que é um gigante adormecido.

Em sintonia com a motivação, devemos aprimorar o olhar crítico e responsável ao escolher parceiros que caminharão junto com a APREMAT, como forma de manter os es-



paços conquistados e o respeito atribuído a Diretoria ao longo desses anos.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você faria para incentivar que outras mulheres participem da associação?

Luana Aparecida Ortega: Acredito que a única maneira de incentivar as colegas para futura e necessária sucessão é através do “exemplo”. Demonstrar que podemos, sim, ocupar essa função de liderança no Estado e contar com os colegas que militam lado a lado conosco.

A diferença está no grau de dedicação, de tempo e estudos para assumir tal função, além de manter um bom equilíbrio emocional frente às adversidades, pois momentos difíceis ocorrem e precisamos ter habilidade para mediar conflitos.

É um enorme orgulho observar que participamos de grupos de trabalhos que promoveram profundas transformações na gestão dos RPPS, impondo, por exemplo, a qualificação mínima para ocupação de cargos/funções previdenciárias, níveis de governança nos órgãos previdenciários e o reconhecimento normativo de investimento em qualificação, assim como outras vitórias.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que lhe motivou a ser liderança neste segmento, em seu Estado?

Luana Aparecida Ortega: A liderança foi consequência do trabalho efetivo e resiliente ao promover espaços de debates nas diversas áreas de atuação que a gestão do plano de benefícios dos servidores públicos exige.

O primeiro registro de manifestação associativa se deu em 2013 na cidade de Cáceres/MT, cidade que atuou há mais de 15 anos. Desde então, a união de gestores de RPPS e o apoio de outras entidades associativas proporcionaram disseminar conhecimento especializado e fortalecer o segmento no estado de Mato Grosso, muito embora sua fundação seja datada de 2018.

Acompanhar o amadurecimento da entidade e a ocupação de espaços em Conselhos e/ou Associação de nível nacional é bastante prazeroso e gratificante, pois a representatividade tem sido exercida e respeitada, não só pelos órgãos de fiscalização, mas, também, pelos colegas que militam na gestão previdenciária. O trabalho associativo é uma doação e, desta maneira, deve ser encarada pelos nossos sucessores.



Luciane Pereira Rabha, presidente do Instituto de Previdência Social de Angra dos Reis (AngraPrev) e da Associação das Entidades de Previdência dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (AEPREMERJ).

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: Como é presidir uma associação de RPPS?

Luciane Pereira Rabha: Há seis anos ocupo a presidência do AngraPrev, Instituto de

Previdência Social do município, e há quatro anos a presidência da AEPREMERJ. Presidir uma associação é entrega total ao trabalho que demanda muitos afazeres. A mulher imprime suas digitais em todos os lugares por onde passa, modificando os ambientes, incentivando outras mulheres e transformando vidas.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: Quais as responsabilidades que o cargo implica?

Luciane Pereira Rabha: As responsabilidades são muitas. Temos que dar suporte previdenciário em todo o estado. Muitos institutos de Previdência não tem pessoas su-



ficientes e nem experiência previdenciária, aí entra a associação, levando parcerias.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você pensa em fazer para aprimorar sua atuação na associação?

Luciane Pereira Rabha: Buscar parcerias com outros órgãos e entidades. Minha gestão é pautada na humanização, pensando no futuro dos aposentados, que em sua maioria são mulheres. Meu objetivo é que aqueles que tanto contribuíram com a sociedade tenham um porto seguro em relação ao amanhã. Para isto, abri as portas do AngraPrev para projetos sociais e de fortalecimento de

vínculos. Todos estes esforços renderam-lhe reconhecimentos com vários prêmios.

Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que você faria para incentivar que outras mulheres participem da associação?

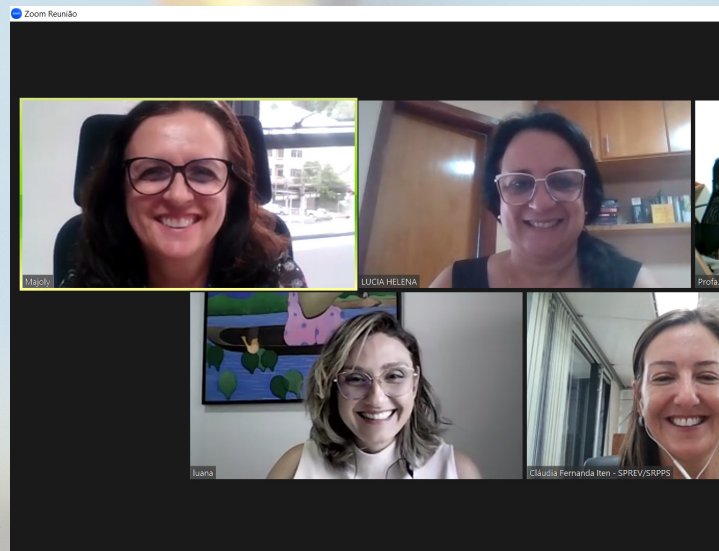
Luciane Pereira Rabha: Aqui no estado do Rio temos muitas mulheres dirigentes. Temos que falar mais da valorização da mulher para que elas se sintam motivadas. O mercado financeiro é um segmento ainda muito masculino, temos que vencer essa barreira.

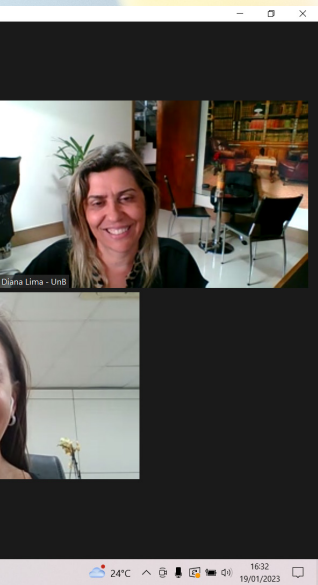
Revista Previdência Nacional - Mulheres de RPPS: O que lhe motivou a ser liderança,

nesse segmento, em seu Estado?

Luciane Pereira Rabha: Sempre assumi cargos de chefia, onde fiz a diferença no segmento feminino. Quando surgiu o convite para entrar no segmento previdenciário não pensei duas vezes, pois sou motivada a desafios e se posso fazer a diferença, por que não fazer?! Como disse Lewis Carroll: "para quem não sabe para onde vai, qualquer caminho serve". Diferente disto, sempre tracei objetivos de onde queria chegar e cheguei! Mas este caminho foi feito inspirando, motivando e transformando todas as mulheres à minha volta. Todas podem, todas merecem.











IPS INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DA SERRA



